# VERDE-OLIVA

Brasília-DF, Abril de 1991 — Ano XVIII — Nº 129
Centro de Comunicação Social do Exército

– Ministro no Senado

– Dez anos do CCOMSEX

– Os Dragões da Independência

– Exército no pódio

# ESPINGARDA DE REPETIÇÃO

Considerada o modelo de espingarda preferido pelos atiradores, a Espingarda de Repetição (Pump Action) CBC, Mod. 586 foi lançada para atender às necessidades de quem exige uma arma que proporcione alto poder de fogo, rapidez de tiro e facilidade de acionamento, graças ao sistema de alimentação por ação deslizante.

Tudo isso aliado à confiabilidade e qualidade oferecidas pelos produtos CBC.

1 - Cano: 26'' (660 mm)
Choke: pleno
2 - Sistema de alimentação: por ação deslizante
3 - Carregador tubular: com capacidade para 4 cartuchos 70 mm (2 3/4'') ou 76 mm (3'')
Calibre: 12
4 - Dupla corrediça: facilita a ação deslizante de alimentação
5 - Câmara: 3''
Peso: 3,350 kg
Comprimento total: 46,5'' (1.181 mm)
6 - Receptáculo e guarda-mato: em aço usinado
7 - Coronha: em imbuia envernizada
8 - Soleira: de borracha, amortecendo o recuo de tiro

CBC

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS
Av. Industrial, 3330 - Cx. Postal 51 - Fone (011) 449-5600 - Fax (011) 454-6470
Telex (11) 44007 CBCA BR - CEP 09080 - Santo André - SP - Brasil.

VERDE-OLIVA
Centro de Comunicação Social do Exército

# NOSSO ASSUNTO

No ano em que o Centro de Comunicação Social do Exército comemora seu 10º aniversário, a Verde-Oliva, mais antiga, já com 19 anos, tendo-o visto nascer e conhecedora de seu trabalho profícuo, conta sua história no artigo "Dez anos de Comunicação Social".

Ao mesmo tempo, registra a palavra oficial da Força sobre os recentes acontecimentos de nossa fronteira Norte. Ao relatar a vida do secular 24º BC, homenageia aqueles que bravamente defendem a Amazônia.

A aprovação dos requisitos operacionais básicos para a Artilharia Antiaérea e as atividades do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército demonstram a preocupação da Instituição com o incremento de sua operacionalidade.

A narrativa da evolução do 1º RCG – Dragões da Independência – é um passeio através de nossa história, marcado, passo a passo, pela presença de expoentes da vida nacional.

Completam a edição o esporte, enfocando a atuação da Comissão Desportiva Militar do Brasil e a vitória do Exército no último Campeonato de Pentatlo Militar, a religião e a pastoral militar, o desenvolvimento do Programa Gente da Gente e a integração com o meio civil em "Os pais e os filhos".

Produzida por e para brasileiros, empenhados com o progresso e a segurança do País, a Verde-Oliva, neste espaço, presta sua reverência a você, soldado da selva. Nas patrulhas úmidas na floresta, na vigilância insone da via navegável, na manutenção da integridade de nosso território, ecoa, sempre, o brado de homens estóicos e determinados:

SELVA!

# SUMÁRIO

ATUALIDADE .......... 2
CURSOS .......... 6
AS SECULARES .......... 8
ESPORTES .......... 10
DATAS .......... 12
GUARDA PRESIDENCIAL .......... 16
PROGRAMAS .......... 20
SISTEMAS .......... 21
INTEGRAÇÃO .......... 22
RELIGIÃO .......... 24
ARMAS .......... 3ª CAPA

# NOSSA CAPA


Dragões da Independência assumem posição na rampa (Foto de José Maria das Graças Costa)

**EMPRESÁRIO**

A VERDE-OLIVA ESTÁ PRONTA A AJUDÁ-LO NA DIVULGAÇÃO DE SEUS PRODUTOS NACIONAL E INTERNACIONALMENTE.

FAÇA UM CONTATO COM A NOSSA REDAÇÃO ATRAVÉS DOS FONES: (061) 223-6730 E (061) 223-2859

**EXPEDIENTE**

VERDE-OLIVA
Publicação trimestral do Centro de Comunicação Social do Exército (C Com S Ex). Redação, Administração e Distribuição: C Com S Ex/QG Ex - Bloco B - Térreo - SMU. Brasília/DF - CEP 70630 - Tels.: 223-6730, 223-2859 e 321-4747 R/2569; 2744 e 2755.

Impressão: Gráfica Valci Editora Ltda.
SIG Quadra 06 Lote 2.230 - Tel.: 225-7223 - Brasília-DF
Tiragem: 25 000 exemplares
Circulação dirigida (no país e exterior).
É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

# Ministro leva o incidente Traíra ao Senado

No último dia 4 de abril, o Ministro Carlos Tinoco, atendendo convocação feita pelo Presidente do Senado Federal, compareceu àquela Casa para falar sobre a presença militar brasileira na Amazônia, enfocando, particularmente, os episódios ocorridos na Região do Traíra.

A seguir, a Verde-Oliva apresenta os principais destaques da exposição do titular da Pasta do Exército.

**INTRODUÇÃO** – O Ministro iniciou discorrendo sobre a problemática intrínseca da área, destacando: a extensão territorial, o vazio demográfico, a extensão da linha de fronteiras e as riquezas naturais. Citou, ainda, os interesses de diversos segmentos nacionais e internacionais na área. Após lembrar o Tratado de Cooperação Amazônico, assinado em 1978, por oito países do continente, teceu considerações sobre a cobiça internacional com relação à região, relembrando os seguintes episódios:

"– o projeto do **Sistema de Grandes Lagos Amazônicos**, elaborado em 1967/68 pelo Hudson Institute, idealizado pelo futurólogo HERMAN KAHN, que previa a inundação de uma área quinze vezes maior que a de todos os projetos hidroelétricos previstos para a região;

– a atuação do **Conselho Mundial das Igrejas Cristãs** (a partir de 1981) que, em suas diretrizes, afirma claramente, ao se referir à Amazônia e à população que a habita, tratarem-se de "patrimônios da humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes";

– a atuação de **parlamentares europeus**, em 1989, junto à **Comunidade Econômica Européia**, no sentido de interromper o **Projeto "Grande Carajás"**, tentando inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral; e

– a recente proposta (1989) **de um país europeu** de se criar uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente que, apoiada na estranha **tese de defesa compartilhada**, teria o direito de intervir em nossos assuntos internos".

**PROJETO CALHA NORTE** – A seguir, o mais alto prócer da Força discorreu sobre o histórico da presença militar na área em que ressaltou que "a ação pioneira do Exército foi sempre realizada com extrema dificuldade e enorme sacrifício, seja no nível institucional, seja no nível individual e familiar. Além das compreensíveis dificuldades de instalação e manutenção de efetivos, ainda que limitados, naquela região, para os Pelotões de Fronteira seguem militares, na maioria jovens, alguns acompanhados de suas famílias, sem nenhum conforto ou recompensa materialmente significativa, munidos apenas do ideal de servir".



"Tal fato tem acarretado a acusação de nos imiscuirmos em assuntos cuja responsabilidade não nos cabe, nos quais nos envolvemos por sermos, invariavelmente, os únicos presentes".

Lembrando aos parlamentares que o Projeto Calha Norte – instituído em 1985 pelo Governo Federal – não tem natureza essencialmente militar, o Ministro apresentou os objetivos do referido projeto:

"– aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos e atrativos para o desenvolvimento da região;

– ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças;

– expansão da infra-estrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional;

– fortalecimento da ação dos órgãos Governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da pequena presença do Estado, em função das distâncias e do isolamento;

– intensificação das campanhas demarcatórias das fronteiras, pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes;

– promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através da delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural, em face dos contrastes de ordem cultural".

Ainda sobre o Calha Norte, o palestrante esclareceu que o Ministério do Exército, por já dispor de estrutura na área, teve condições de responder prontamente ao desafio daquele empreendimento.

Prosseguindo, o Ministro abordou as dificuldades de estabelecer vigilância, em uma linha de fronteira terrestre com aproximadamente 9 600 km de extensão, com apenas quinze pelotões, uma companhia e um batalhão, juntos a essa linha.

**AÇÃO GUERRILHEIRA** – No tocante ao episódio do dia 26 de fevereiro, o **Ministro Carlos Tinoco** iniciou, caracterizando a área e citando os antecedentes do fato:

**"Caracterização da área** – A região da **Serra do Traíra**, na fronteira com a Colômbia, situa-se aproximadamente a 100 km ao norte de Vila Bittencourt, onde está instalado o **3º Pelotão Especial de Fronteira**, subordinado ao **1º Batalhão Especial de Fronteira, sediado em Tabatinga.**

O local é região de floresta densa, cortada por rios e igarapés encachoeirados, havendo ocorrência de **ouro de aluvião** em vários pontos da Serra do Traíra.

O melhor meio de acesso é a utilização de helicópteros. Por via fluvial (meio normalmente empregado), o deslocamento, a partir de **Vila Bittencourt**, demora de dois a três dias, passando por duas pequenas cachoeiras, cuja ultrapassagem exige que os barcos, com as respectivas cargas, sejam retirados da água e transportados a braço através da floresta.

É importante destacar cinco áreas nesta região:

– a localidade de **Pueblo Nuevo**, na Colômbia, com uma população, basica-

mente de garimpeiros, que varia de 1 500 a 4 000 pessoas. Está afastada cerca de 5 km da margem do Rio Traíra e possui uma pista de pouso;

– a região de **Garimpito,** próxima a Pueblo Nuevo, onde se localiza uma área de garimpo colombiano. Nesse local, o ouro é encontrado sob o solo, necessitando, para sua extração, o emprego de explosivos, cuja utilização, naquela região, é proibida pelas autoridades colombianas, em face das atividades de guerrilha. Este fato contribui para a afluência de colombianos para o território brasileiro em busca do ouro de aluvião;



Fronteira Brasil/Colômbia. Região do Rio Traíra

– a área que era explorada pela Paranapanema, englobando os diferentes garimpos da Serra do Traíra;

– o garimpo dos índios Tucanos, ao norte da Serra do Traíra;

– o garimpo dos índios Makus, ao sul da Serra do Traíra.

Convém ressaltar que, além da dificuldade de acesso ao local, os efeitos adversos da vegetação tropical **dificultam o estabelecimento de sistemas de comunicações confiáveis,** por provocarem variações no alcance e na emissão dos equipamentos.

**Antecedentes** – Em 1985, foi concedida à Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção, autorização para exploração mineral na região da Serra do Traíra.

Constantes incidentes entre garimpeiros autônomos (brasileiros e colombianos), índios e a empresa de mineração marcaram o período de lavra sob a jurisdição da Paranapanema, o qual estendeu-se, aproximadamente, até **fevereiro de 1990,** quando a empresa decidiu retirar-se da área, alegando inviabilidade econômica da exploração.

A saída da mineradora ocasionou a retirada de um pequeno contingente da Polícia Militar do Amazonas, que por ela era mantido. Em decorrência do afastamento da Paranapanema, o **Comando Militar da Amazônia** passou a manter a área sob vigilância.

A partir de 4 de março de 1990, em face de informes sobre a presença de garimpeiros colombianos na área do Traíra, o 1º Batalhão Especial de Fronteira/Tabatinga deslocou para a região um pequeno **Destacamento** que, alojado precariamente nas antigas instalações da Paranapanema, passou a atuar com patrulhas, buscando averiguar os fatos e, posteriormente, afastar grupos de garimpeiros. Estes grupos, inicialmente constituídos apenas por brasileiros, aos poucos foram acrescidos de colombianos oriundos de **Pueblo Nuevo.**

Acresce que, subindo o Igarapé Castanho, afluente do Traíra em território brasileiro, e a cerca de 40 km da confluência, chega-se à uma área indígena (Tucanos), onde também há ouro, conhecida como Colônia Pari-Cachoeira III.

O aprofundamento das investigações levou à constatação de que barcos colombianos subiam o Igarapé Castanho levando mantimentos, utensílios e até mulheres para negociar com os índios tucanos, em troca de ouro".

Explicando à platéia sobre as razões de existir apenas um destacamento naquela área, o Ministro assim se pronunciou:

"No final de outubro de 1990, em virtude da informação sobre a presença de numerosos garimpeiros colombianos na **Serra do Traíra,** foi determinado pelo Comandante Militar da Amazônia o emprego da Companhia de Selva, orgânica do **1º Batalhão Especial de Fronteira,** para relizar uma operação mais demorada na área.

Nessa ocasião, foi detectada a presença de cerca de 300 colombianos, dos quais 92 foram presos, e houve a apreensão de grande quantidade de material de garimpagem".

E prosseguiu:

"Após o controle da situação, efetivou-se o retraimento da tropa, permanecendo no local um destacamento de dezessete homens comandado por um tenente".

**O ATAQUE** – O ataque guerrilheiro foi descrito em detalhes pelo palestrante, conforme verificamos a seguir:

"Aproximadamente às doze horas do dia 26 de fevereiro (terça-feira), quando o destacamento iniciava o almoço, após o retorno de uma patrulha, um grupo de cerca de 34 homens, que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – Comando Simon Bolivar – Facção Força e Paz, realizando uma incursão em território brasileiro, atacaram-no com fogo de armas automáticas e utilizando táticas de guerrilha.

O ataque foi realizado por três colunas, das quais uma tomou posição de tiro na margem colombiana do Rio Traíra, e as outras duas, progredindo através da selva, investiram sobre o acampamento.

Inicialmente, foram eliminadas as sentinelas e, a seguir, desencadeado intenso fogo de armas portáteis sobre o restante do destacamento, que, sem sucesso, tentou reagir.

Do ataque, resultaram três soldados mortos (duas sentinelas) e nove feridos.

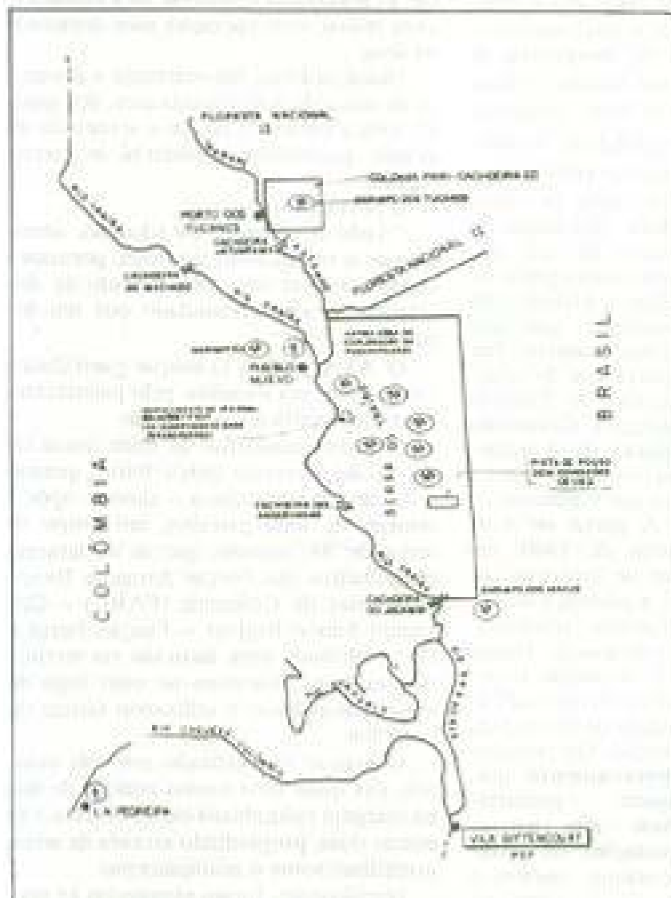
Dois garimpeiros colombianos que estavam detidos aguardando evacuação para Vila Bittencourt foram, na ocasião, mortos pelos guerrilheiros.

Ao término da operação, os colombianos apropriaram-se de estações rádio, munição, uniformes e de todo o armamento.

**Providências tomadas** – Caracterizada a ação guerrilheira em território nacional contra nossa tropa, foi o fato imediatamente levado ao conhecimento do Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, a quem foram

solicitadas as necessárias gestões junto ao Governo da Colômbia no sentido de que suas Forças Armadas fossem empenhadas no combate aos guerrilheiros.

Paralelamente, o Destacamento foi reforçado e intensificaram-se as patrulhas, delas decorrendo escaramuças que resultaram na morte de sete guerrilheiros e no aprisionamento de outros quatro colombianos, entregues às autoridades militares daquele País.



Croqui da Região do Rio Traíra

Das gestões desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores, resultou uma reunião entre os Comandante Militar da Amazônia – Gen Santa Cruz – e o da 4ª Divisão do Exército Colombiano – sediada em Villa Vicenzio – Gen Edie Alberto Pallares Cotes, realizada no dia 9 de março último.

Nessa reunião foram discutidas as ações e acertados os procedimentos a serem desenvolvidos pelos exércitos dos dois Países, com o objetivo de combater o grupo guerrilheiro e recuperar o material e armamento brasileiros por ele levados.

Em conseqüência dessa reunião, toda a região vem sendo constantemente patrulhada, tanto por nós quanto pelos colombianos, nos respectivos territórios.

Nossos homens levaram o reconhecimento terrestre, com apoio aéreo, até a região da Cachoeira do Machado, a cerca de 50 km ao norte de nossa base no Rio Traíra.

Toda a fronteira, até a Cabeça do Cachorro, foi sobrevoada e, em alguns trechos, fotografada.

Está ainda prevista a realização de um reconhecimento terrestre na região da Serra do Caparro, situada na Cabeça do Cachorro.

Cumpre ressaltar, nestas operações, a perfeita e total integração das nossas três Forças Singulares, por meio de seus comandos na Amazônia.

A Força Aérea instalou um Centro de Controle Aéreo em Vila Bittencourt, possibilitando a operação, em segurança, das 21 aeronaves das três Forças para lá deslocadas (dezesseis da FAB, quatro do Exército e uma da Marinha).

A Marinha de Guerra deslocou para a Vila Bittencourt um navio patrulha fluvial que, além de servir de base de apoio logístico, levou aos habitantes daquela vila, localizada na linha de fronteira, maior segurança.

Todavia, a pletora de meios para lá deslocada não poderá permanecer integralmente na área, devendo ser reduzida ao mínimo julgado imprescindível.

No momento, a situação está calma, embora da Colômbia tenham chegado notícias da possibilidade de outro ataque por parte dos guerrilheiros".

**CONCLUSÃO** - Antes de colocar-se à disposição dos senadores para o debate, o Ministro do Exército concluiu:

"Atritos de fronteira entre brasileiros e nacionais dos países vizinhos, em maior ou menor escala, ocorreram do Rio Grande do Sul ao Acre, o que não impediu, com o passar do tempo, a solução dos problemas e a estabilização da linde. Os senhores se recordam que a atuação de Plácido de Castro e seus homens, no início do século, em território boliviano na região do Acre, levou o Governo Brasileiro a adquirir da Bolívia a área que hoje se constitui naquele Estado, como forma de solucionar a questão.

Como salientei, ao abordar o tópico referente à presença do Exército na área, somente agora se pode dizer que a Amazônia está sendo realmente ocupada. A Ilha Amazônica caminha para sua efetiva integração ao território nacional.

Mas lá existem complicadores que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões. Além desta ocupação estar acontecendo às vésperas do III Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos, devem ser ressaltados os fatores intrínsecos à Amazônia Brasileira, em sua maioria, comuns à área de toda a Bacia.

Entre esses complicadores destacamos:

– o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60% do território nacional;

– a precária rede viária, predominantemente fluvial;

– a pequena e rarefeita população;

– as dificuldades enfrentadas pelos Governos Estaduais e Federal para se fazerem presentes na área;

– a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países;

– a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas, sem alvarás de autorização, nem sempre respeitando limites de fronteiras, acarretando sérios prejuízos ao meio ambiente, além de corromperem os índios, degradando seus costumes e levando-lhes doenças, sem a eles nada acrescentar culturalmente, senão despertar-lhes o interesse pelo ouro; e

– a ação de missões religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções precípuas.

Se somarmos a tudo isso:

– a grande distância existente entre os marcos fronteiriços;

– a existência de grupos de guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos;

– a atuação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades;

– a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta, etc; e

– as dificuldades que têm os governos dos países vizinhos em projetarem seu poder nas áreas limítrofes.

Concluiremos, com absoluta clareza, que:

– a situação deverá ser enfrentada de forma global, por intermédio de decisiva ação governamental, envolvendo todos os Ministérios, Secretarias, Iniciativa Privada e Organismos com responsabilidade no encaminhamento da solução dos diferentes problemas;

– é de fundamental importância acelerar os entendimentos com os países vizinhos em torno do Pacto Amazônico.

O Programa Calha Norte veio ao encontro desses objetivos. Erradamente, tem sido acusado de ser um programa puramente militar; a verdade é que a estrutura do Exército, já de há muito presente na área, possibilitou uma pronta resposta às solicitações em sua esfera de atuação, o que não ocorreu com outros setores.

Tal fato tem acarretado a acusação de nos imiscuirmos em assuntos cuja responsabilidade não nos cabe, nos quais nos envolvemos por sermos, invariavelmente, os únicos presentes.

Acredito que a total implementação do Programa Calha Norte, envolvendo todos os setores responsáveis, é de fundamental importância, não só para evitar tais acusações, mas principalmente, para criar todas as condições que possibilitem a ocupação de tão extensa área, de forma ordenada, com a correta utilização de suas terras agricultáveis, e a preservação das áreas onde seja mais conveniente o extrativismo e a exploração organizada de suas imensas riquezas minerais e hídricas, em benefício de toda a sociedade.

Diante dos fatos, ouso afirmar que o Programa deve abarcar toda a Amazônia e não exclusivamente a Calha Norte.

É importante ressaltar, nesta oportunidade, que o Presidente Collor, em sua recente mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, evidenciou sua intenção de conferir prioridade às seguintes ações, que dizem respeito à Amazônia:

– continuidade no desenvolvimento do Projeto Calha Norte, conferindo-lhe a feição de programa de governo, com previsão de ações nas áreas de telecomunicações, de defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração;

– implantação da primeira fase do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);

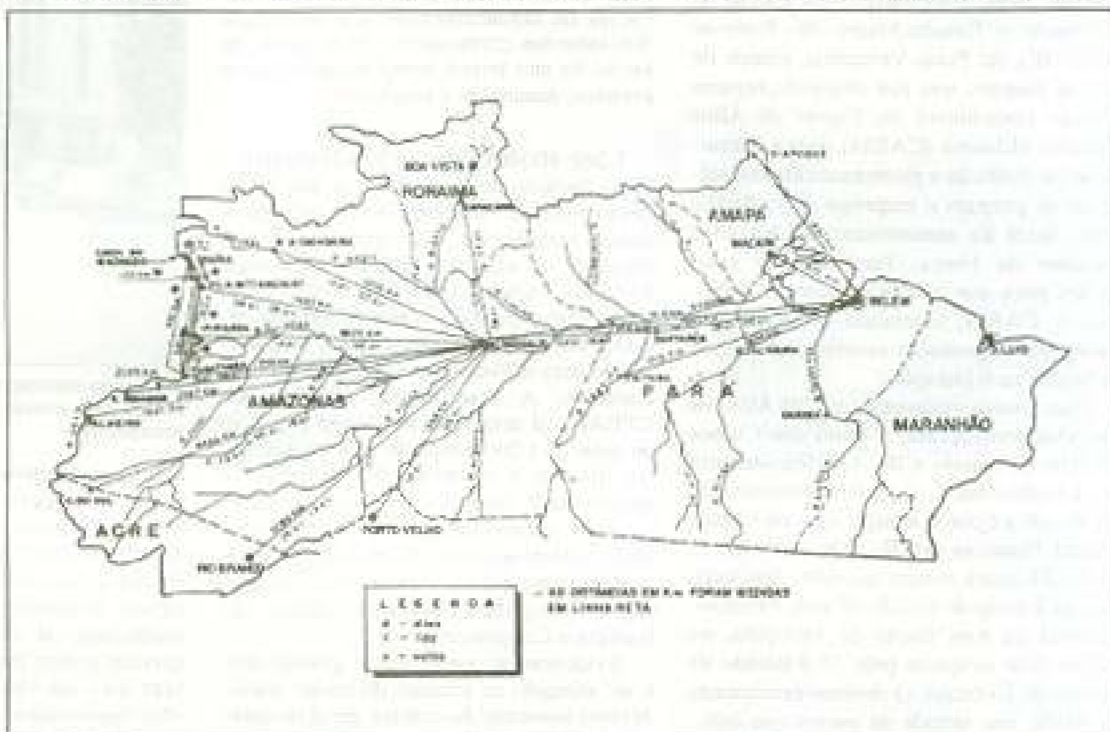
– continuidade no desenvolvimento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAF-MFF) e implantação do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO); e

– participação nos trabalhos preparatórios da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nos estudos relativos à questão indígena e aos recursos hídricos e em outros eventos considerados de natureza estratégica.

Nesse contexto insere-se, também, o zoneamento ecológico-econômico da região, previsto desde o lançamento do Programa Nossa Natureza, em 1988.

Finalmente, convém aduzir que muitos falam sobre a Amazônia sem nunca a terem sequer visitado. É, pois, de fundamental importância que essa imensa região de nosso território seja cada vez mais conhecida dos brasileiros, particularmente daqueles que detêm alguma parcela de responsabilidade nos destinos do País, já que só assim muitos falsos conceitos serão desmistificados e os problemas da região, melhor compreendidos, poderão ser adequadamente equacionados e resolvidos, criando as defesas necessárias contra a cobiça estrangeira.

Há sérios desafios a vencer em busca desse desiderato, particularmente no que diz respeito à defesa dos sistemas ecológicos naturais e à incorporação de técnicas agrícolas adequadas aos trópicos úmidos.



Distâncias para o transporte fluvial/marítimo

Isto, entretanto, não pode servir de obstáculo à ocupação e utilização racional da região, pois manter toda a Amazônia intocada, qual um santuário da natureza, parece-nos um absurdo que somente pode povoar a imaginação de sonhadores, descompromissados com o futuro.

Senhor Presidente – Senhores Senadores, procurei deixar caracterizado através desta modesta exposição que, no amplo contexto da ocupação ordenada da Amazônia, vivificação de suas fronteiras e consequente manutenção de **nossa soberania**, os acontecimentos da **Região do Traíra**, são, em realidade, um **fato menor** que, daqui para a frente, tende a repetir-se, não necessariamente da mesma forma, em outros pontos da fronteira, à medida em que for se intensificando a presença humana na região". ■

# Missão: assessorar altos escalões

O CPEAEx, CURSO DE MAIS ALTO NÍVEL DO EXÉRCITO, COM APENAS TRÊS ANOS, JÁ APRESENTA RESULTADOS POSITIVOS.

O Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) formou sua primeira turma de 25 estagiários em 1988. Funcionando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na Praia Vermelha, cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo preparar oficiais possuidores do Curso de Altos Estudos Militares (CAEM) para a formulação de políticas e planejamentos estratégicos de preparo e emprego do Exército, com vistas ao assessoramento dos altos escalões da Força. Também cria condições para que os oficiais concludentes, sem o CAEM, ascendam ao generalato para o desempenho de comissões especiais definidas na legislação.

Fato pouco conhecido, o CPEAEx, na sua atual concepção, é fruto dos Cursos de Alto Comando e de Aperfeiçoamento de Estado-Maior, que funcionaram em 1939, sob a égide e a inspiração da Missão Militar Francesa (MMF). Similarmente ao CPEAEx, esses cursos também funcionaram na Escola de Estado-Maior, então localizada na Rua Barão de Mesquita, no prédio hoje ocupado pelo 1º Batalhão de Polícia do Exército. O retorno precipitado da MMF, em virtude da guerra que eclodira na Europa, provocou a extinção prematura dos cursos.

Mais tarde, na década de 70, a redução do CAEM de três para dois anos trouxe à baila a necessidade de o Exército possuir um curso de mais alto nível voltado para assuntos políticos e estratégicos. Apesar das dificuldades, a dedicação e o idealismo de ilustres chefes militares tornaram possível a concretização desse importante objetivo: a Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986, ao modificar a Lei de Ensino do Exército, criou o CPEAEx.

**INDICADOS PELO MINISTRO** – Os critérios para a seleção do futuro estagiário do CPEAEx são rigorosos, com preponderância para os valores profissional, intelectual, funcional e para a vivência em nosso território. Os oficiais assim pré-selecionados, após serem formalmente convidados pelo Estado-Maior do Exército, são submetidos à apreciação do Ministro do Exército, que indica aqueles que serão matriculados no ano seguinte. Esses oficiais, ainda antes da matrícula definitiva, realizam um curso de preparação por correspondência, que objetiva o nivelamento de conhecimentos, e a introdução aos assuntos curriculares. Mais tarde, no início do ano letivo, esses assuntos serão revistos, discutidos e ampliados.

**1 200 HORAS DE ATIVIDADES** – Com duração de dez meses, o ano letivo desenvolve-se em fases didáticas logicamente encadeadas: Fundamentos, Internacional, Nacional, Militar e Sistema Exército. Nessas, a disposição dos temas leva o curso progressivamente ao seu clímax, alcançado na última fase, na matéria Política e Planejamento Estratégico do Exército. A essa altura, o aluno do CPEAEx já terá feito um longo percurso de mais de 1 200 horas de palestras, debates, painéis e trabalhos em grupo, com aprofundado estudo em importantes disciplinas como Economia, Política, Relações Internacionais, Ciência e Tecnologia, Administração, Prospectiva, Mobilização e Logística, Doutrina Militar, Estratégia e Conjuntura.

Evidencia-se assim outro grande alvo a ser atingido ao término do curso: considerável aumento da cultura geral do estagiário em áreas das ciências humanas, sociais e políticas, normalmente pouco exploradas nas escolas do nosso Exército. Isso é resultado do elevado nível intelectual que norteia o curso e fruto da cooperação de destacados conferencistas, que transmitem suas experiências pessoais, em palestras, painéis e nos debates que os encerram. Em 1990, o CPEAEx contou com Ministros de Estado e Secretários nacionais em suas conferências, cuja participação está planejada também para 1991. Busca-se, dessa forma, alcançar a compreensão do panorama que envolve cada fato em estudo, visando a enriquecer os conhecimentos do estagiário e prepará-lo para as contingências da conjuntura nacional.

**RESULTADOS OBTIDOS** – Em seu quarto ano de funcionamento, já se podem inferir os excelentes resultados alcançados pelo CPEAEx. Em primeiro lugar, por permitir que significativo número de oficiais superiores selecionados, capacitem-se a prestar competente assessoria aos altos órgãos administrativos da Força Terrestre. E, em segundo lugar, por preencher a lacuna que existia entre a necessidade do Exército e o nível de formação intelectual de seus recursos humanos. Quanto a esse ponto é interessante lembrar que, na Marinha e na Aeronáutica, vêm funcionando, há alguns anos, cursos similares ao CPEAEx. Tratam-se dos Cursos de Política e Estratégia Marítima (CPEM) e o de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA). Cabe, finalmente, ressaltar que a simples existência do CPEAEx exterioriza a postura moderna de um novo Exército voltado às necessidades do presente sem descurar das incertezas do futuro.

O Ministro do Exército, General Leonidas, sintetizou muito bem os objetivos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército na oportunidade da inauguração do moderno edifício que atualmente o abriga. Suas palavras constam da placa de bronze encravada à entrada do prédio, imortalizando essa profissão de fé: "Com a visão no futuro, são inauguradas estas instalações para abrigar o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, destinado a ampliar e aperfeiçoar os conhecimentos do chefe militar para melhor servir à Instituição e ao Brasil". ■



Modernas instalações: abrigo para a visão prospectiva

# Shelter Militar Incomex

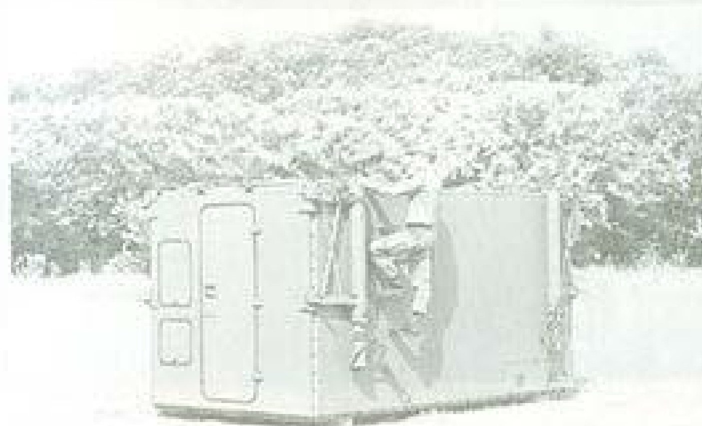
## Qualidade, Confiabilidade, Tecnologia

Especialmente Projetado e Desenvolvido para atender as Normas Técnicas de Equipamentos Militares.

- Estrutura a prova de tombamento
- Blindagem protetora contra projétil e estilhaçamento
- Resistência a temperatura -150°C a +1200°C
- Controle ambiental em severas condições
- Sistema de flutuação e baterias militarizadas
- Integração a vários sistemas através de gerador próprio
- Kits de instalação modular em 19"



- Perfeito condicionamento ergonométrico





Múltiplas Aplicações:
- Posto de Comando;
- Centro Telefônico Móvel;
- Centro Cirúrgico de Campanha;
- Gabinete - Consultório Dentário.

Rapid
mobilidade: Siste
elétrico hidráu
em 110/22
e gerador próp
Retira
e colocaç
na viat
em 5 minu



Transportável por: - Avião
Helicóptero
Embarcação Naval
Viatura Militar

Incomex
**Industrial e Comercial Exitus Ltda**
Rua Iguaçú, 365 - Fone: (0474) 25-
Telex: 474-138
89200 - Joinville - SC

# Caçador de longo curso

O 24º BATALHÃO DE CAÇADORES, POSSUIDOR DE UM ACERVO DE GRANDES REALIZAÇÕES EM PROL DE NOSSO EXÉRCITO, QUALIFICOU-SE PARA A IMPORTANTE MISSÃO DE "SENTINELA" DA AMAZÔNIA.

Criado em 1839, no Estado do Pará, com a denominação inicial de 9º Batalhão de Caçadores, o atual 24º BC teve participação ativa nos episódios mais importantes da história bélica do Império e da República. Seus soldados deixaram indeléveis pegadas em grande parte dos estados brasileiros e nos teatros de operações da Guerra da Tríplice Aliança e da 2ª Guerra Mundial. Hoje, apresta-se para defender nossa Amazônia, região que o viu nascer.

O termo *Caçadores* não surgiu por acaso. A história fala-nos de sua origem francesa. Em 1741, o Brigadeiro Fisher, após o Cerco de Praga, organizou uma Companhia de Voluntários, composta por quarenta cavaleiros e sessenta infantes, cuja tática era combater nas vanguardas e intervir, com prontidão, em qualquer lugar, se assim fosse necessário. Esses elementos, ligeiros na ação, foram chamados *caçadores*, daí a origem do nome.



Antigo prédio do 24º BC e...

**DE CASEROS A SURUBIHY** - No Império, como 5º Batalhão de Fuzileiros, denominação que recebeu em 1842, participou da Campanha contra Oribe e Rosas, definida na Batalha de Caseros, em 1852, que contribuiu para que o Brasil tivesse reconhecidos os limites que pleiteava com o Uruguai e para a justa reparação aos brasileiros habitantes da fronteira com aquele País, espoliados de suas propriedades, ameaçados em sua segurança e ofendidos em sua dignidade.

Integrando as forças brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança, destacou-se na retomada de Uruguaiana, cuja ocupação pelos paraguaios tanta mágoa causara a toda a nação, e nas Batalhas de Passo da Pátria e Estero Bellaco. Essas, em conjunto com a transposição do Rio Paraná, constituíram a mais importante operação anfíbia no continente sul-americano. O esforço aliado para a vitória em Tuiuti, a mais sangrenta batalha campal realizada na América do Sul, contou também com a bravura dos homens do 5º Batalhão de Fuzileiros.

A secular unidade do nosso Exército atuou, ainda, valorosamente, nas Batalhas de Punta Naró, Carapá, Humaitá e Surubihy e, após esta última, foi completamente dissolvida, encerrando sua participação no conflito.

Destaque-se o valor de seu soldado, que muito contribuiu para a vitória dos aliados, ensejando a definição de nossos limites no cone-sul, a solução para as questões de navegação do Rio da Prata e o amadurecimento da consciência cívica nacional.

Foi reorganizado no Maranhão, em 1870, mantendo a designação de 5º Batalhão de Fuzileiros, tendo, como participantes elementos oriundos do Departamento Provisório da Corte. Às vésperas da República, em 1888, passou a denominar-se 5º Batalhão de Infantaria.

**DE CANUDOS À ITÁLIA** – Com essa denominação, já no período republicano, participou da Campanha de Canudos, de 1896 a 1897, integrando a primeira coluna da última expedição a atacar o reduto de Antonio Conselheiro.

Em 1908, três de suas quatro companhias uniram-se para dar origem ao 48º Batalhão de Caçadores, assim permanecendo até 15 de dezembro de 1919, quando sua denominação muda definitivamente para 24º Batalhão de Caçadores, visando a atender aos novos preceitos da Força Terrestre.

Inicialmente, o 24º BC teve sua sede na Praça Deodoro, em São Luís, no Maranhão, popularmente conhecida como "Largo do Quartel", sendo seu primeiro comandante o Tenente-Coronel Henrique Eurico dos Santos.

Com essa denominação, que mantém até hoje, combateu na Revolução que, em

1924, irrompeu em São Paulo; em 1926 no Pará; na Paraíba, quando da eclosão da Revolução de 1930; e no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Curitiba, na Constitucionalista de 1932, que foi o nosso maior movimento armado. Finalmente, em 1935, para reprimir o movimento comunista, o 24º BC retorna ao Pará, onde teve sua origem.

Tamanha dinâmica demonstra o elevado estado de operacionalidade que sempre caracterizou a Unidade, o que levou parte de seu efetivo a compor a Força Expedicionária Brasileira. Significativo número de seus ex-combatentes ainda hoje abrilhantam nossos desfiles, com suas condecorações, demonstração viva de patriotismo.

**A ATUALIDADE** – Atualmente, o 24º BC está subordinado à 8ª Região Militar e ao Comando Militar da Amazônia. É uma Unidade com Quadro de Organização de Batalhão de Infantaria Motorizado, mas que forma combatentes de selva. É o maior batalhão do Comando Militar da Amazônia, composto por cinco Companhias, sendo três de Fuzileiros, uma de Apoio e uma de Comando e Serviços. Encontra-se atualmente instalado em prédio de estilo típico das décadas de 30 e 40, ocupando uma área de sessenta hectares no bairro de João Paulo, em São Luís.



Em Marabá: a formação do combatente de selva

O Batalhão realiza a instrução em suas próprias instalações, o que possibilita a execução do tiro de armas curtas e longas. Conta, ainda, com áreas particulares para a realização do tiro com armas pesadas. A instrução básica do combatente de selva tem lugar em Marabá, no Pará, distante 800 km de São Luís, para onde o Batalhão se desloca valendo-se dos trens da Companhia Vale do Rio Doce.

A vila militar do 24º BC dispõe de 29 próprios nacionais residenciais (PNR) para oficiais e trinta para praças, havendo normalmente disponibilidade de PNR para oficiais.

A Unidade possui, em suas instalações esportivas, campo de futebol, pistas de atletismo, circuito e pentatlo militar e quadras diversas, que possibilitam a prática de esportes pelos seus integrantes. A vitória obtida pelo Batalhão nas últimas Olimpíadas Regionais, realizadas em Belém, é testemunho da dedicação de seu efetivo à prática desportiva.

Há mais de 120 anos sediada em São Luís, a Unidade integrou-se à comunidade e desfruta da admiração do povo maranhense, com a qual mantém relacionamento harmônico e espontâneo, advindo daí muitos benefícios mútuos. Por ocasião da comemoração do Dia da Infantaria, oportunidade em que o Batalhão promove a Corrida das Praias, é intensa a participação popular.

Esta é a história do 24º Batalhão de Caçadores. Sua presença marcante nos episódios históricos do País constitui o legado que nossos antepassados deixaram. Seus integrantes, herdeiros legítimos de tão gloriosos feitos certamente saberão honrar suas tradições, cultuando-as e mantendo-as sempre vivas no coração dos brasileiros. ■



... suas instalações atuais

# Unir para vencer

A COMISSÃO DESPORTIVA MILITAR DO BRASIL (CDMB) PROMOVE COMPETIÇÕES, CONSTITUI EQUIPES E REPRESENTA AS FORÇAS ARMADAS DENTRO E FORA DO PAÍS.

O Desporto Militar no Brasil não tinha, no início de suas atividades, um órgão de cúpula que dirigisse as atividades esportivas das nossas três Forças Singulares.

Na Marinha, a organização cabia ao Centro de Esportes da Marinha (CEM) e, no Exército, ao Departamento de Desportos do Exército (DDE). Em 1951, foi criado o Conselho Desportivo das Forças Armadas, com a finalidade de coordenar e intensificar os desportos militares, em consonância com as atribuições do CEM e do DDE. A Aeronáutica fez-se representar pelo ilustre desportista Coronel-Aviador Jerônimo Bastos.

Nesse mesmo ano, o Conselho promoveu a primeira competição no âmbito das Forças Armadas e Auxiliares, na qual participaram as seguintes delegações: Exército, Aeronáutica, Polícias Militares do Distrito Federal, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, Força Pública de São Paulo e Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

O Conselho foi substituído, em 27 de fevereiro de 1956, pela Comissão Desportiva das Forças Armadas (CDFA), criada em caráter permanente. Essa, em 1976, foi transformada na atual **Comissão Desportiva Militar do Brasil** (CDMB), com as atribuições de:

- organizar e dirigir, com a colaboração das Forças Singulares, as competições desportivas entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, visando a desenvolver o espírito de confraternização e a divulgar as práticas em todo o território nacional;
- constituir representações nacionais em competições desportivas militares internacionais, com elementos das Forças Armadas e das Forças Auxiliares; e
- opinar, pelas Forças Armadas, em congressos desportivos nacionais e internacionais.

**ORGANIZAÇÃO DA CDMB** – A Comissão Desportiva Militar do Brasil, encarregada pela organização, direção e divulgação das competições desportivas entre as Forças Armadas, possui, em seu organograma, um presidente, um secretário-executivo (cargo ocupado por um coronel com cursos de Estado-Maior e Escola de Educação Física) e uma divisão técnica, chefiada por um tenente-coronel, com as mesmas qualificações do secretário-executivo.

A escolha do secretário-executivo obedece a um sistema de rodízio entre oficiais das Forças Armadas. Até 1983, a presidência da CDMB foi exercida por um oficial no posto de coronel ou similar. A partir daquele ano, o cargo passou a ser exercido, cumulativamente, por um oficial-general, que também exerce a 3ª Subchefia do EMFA.

**LIGAÇÕES DA CDMB** – **Com o CISM:** A CDMB é filiada ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), entidade fundada em 1948, com a finalidade de, por meio dos desportos, reaproximar os países então desgastados pela II Grande Guerra.

O CISM atualmente congrega 52 países-membros, sendo respeitado e prestigiado no mundo inteiro, tornando-se a principal entidade desportiva militar. Sediado em Bruxelas, recebe substancial apoio do governo belga, não obstante possuir vida administrativa própria, exercida pela secretaria do órgão.

Tendo em vista a grande distância que separa a sede do secretariado dos países-membros, foram estabelecidos treze escritórios de ligação, a fim de aumentar o relacionamento entre os países de todos os continentes, divulgando o lema do CISM: "AMIZADE ATRAVÉS DOS DESPORTOS".

O Brasil é o chefe do Escritório de Ligação nº 1, que coordena as atividades na área do desporto militar na América do Sul.




CDMB: desde 1976 dirigindo o esporte militar no Brasil

**Com a UDMSA:** A CDMB atualmente exerce a Presidência da União Desportiva Militar Sul-Americana (UDMSA), devendo, no período de 1990 a 1992, organizar um Festival Sul-Americano de Cadetes, previsto para ser realizado na primeira semana de setembro, na Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Resende-RJ.

Ultimamente, por razões de ordem econômica, a UDMSA somente realiza essa competição, não tendo condições de ampliar o seu programa desportivo.

**COMPETIÇÕES NO BRASIL** – A CDMB, durante a sua longa existência, marcada por dedicado trabalho em prol do desenvolvimento do desporto militar, organizou inúmeros eventos internacionais em diversas cidades do País, procurando, com isso, trazer novos conhecimentos e experiências de outras delegações aos nossos atletas, técnicos e dirigentes.

Em março de 1989, o EMFA promoveu o evento mais importante do CISM – a Assembléia Geral –, reunindo mais de cinqüenta delegados na cidade do Rio de Janeiro, onde foram debatidas e propostas novas medidas em benefício do desporto militar.

Os eventos internacionais realizados no Brasil, a partir de 1983, são uma pequena mostra do grande número de competições já organizadas, conforme mostra o quadro 1 (página 11).

**PRINCIPAIS RESULTADOS DAS DELEGAÇÕES BRASILEIRAS** – Nesses últimos anos, o Brasil vem se des-

Quadro 1 **COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS ORGANIZADAS NO BRASIL**

| ANO | EVENTO | LOCAL |
|---|---|---|
| 1983 | XVII CAMPEONATO MUNDIAL DE ORIENTAÇÃO DO CISM | PR |
| 1985 | XXX CAMPEONATO DE PENTATLO AERONÁUTICO INT MIL DO CISM | SP |
| 1985 | TORNEIO SUL-AMERICANO DE PENT MIL DA UDMSA | RJ |
| 1985 | XXXIII CAMPEONATO MUNDIAL DE PENTATLO MILITAR DO CISM | RJ |
| 1986 | XXVIII SEMANA DO MAR | RJ |
| 1987 | XXXVI CAMPEONATO DE CROSS-COUNTRY DO CISM | RJ |
| 1988 | XIX CAMPEONATO DE PÁRA-QUEDISMO DO CISM | SP |
| 1989 | XVIII CAMPEONATO MUNDIAL DE JUDÔ DO CISM | RJ |

tacando nas três modalidades do pentatlo: o Militar, o Naval e o Aeronáutico, alcançando os primeiros lugares individuais e por equipe. Essas modalidades são consideradas, pela organização do CISM, como os principais eventos, devido as suas características essencialmente militares e pela projeção junto aos demais países-membros.

Além dos três pentatlos, a CDMB possui grande interesse na participação das nossas delegações nos campeonatos internacionais do CISM e da UDMSA, nas modalidades de tiro, de orientação, de cross-country e de pára-quedismo.

O Festival Sul-Americano de cadetes é outra competição que merece especial atenção da CDMB, não só pelo seu caráter competitivo, com as equipes se apresentando muito bem treinadas, como também pela importância do acompanhamento técnico dos cadetes, futuros componentes das delegações brasileiras em eventos do CISM. O campeonato compreende cinco modalidades: Atletismo, Pentatlo Militar, Natação, Esgrima e Tiro, tendo o Brasil vencido seis vezes.

Estes são os principais resultados obtidos pelas delegações brasileiras em torneios do CISM e da UDMSA:

Quadro 2 **PRINCIPAIS RESULTADOS**

| Modalidades | Participações | | Campeão | | Vice | | 3º Lugar | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CISM | UDMSA | CISM | UDMSA | CISM | UDMSA | CISM | UDMSA |
| Pentatlo Militar | 26 | 10 | 05 | 06 | 08 | 04 | 01 | 00 |
| Pentatlo Naval | 21 | – | 02 | – | 03 | – | 06 | – |
| Pentatlo Aeronáutico | 16 | – | 01 | – | 05 | – | 03 | – |
| Tiro | 08 | 02 | 00 | 01 | 00 | 00 | 02 | 00 |
| Cross-Country | 04 | – | 00 | – | 00 | – | 02 | – |
| Judô | 05 | – | 00 | – | 00 | – | 01 | – |
| Futebol | 01 | 01 | 00 | 01 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Volibol | 02 | – | 00 | – | 00 | – | 01 | – |
| Basquetebol | 03 | 02 | 00 | 02 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Festival de Cadetes | – | 10 | – | 06 | – | 01 | – | 01 |
| Pára-quedismo | 10 | 02 | 00 | 01 | 00 | 00 | 00 | 00 |

■

# Exército e Bandeira no pódio



Atletas do Exército: o ouro em boas mãos

EQUIPE DO EXÉRCITO SAGRA-SE CAMPEÃ DE PENTATLO MILITAR.

Realizou-se no período de 17 a 23 de março, na cidade de Campinas-SP, o XXVII Campeonato Brasileiro de Pentatlo Militar das Forças Armadas. A CDMB, organizadora da competição, contou com o apoio da 11ª Brigada de Infantaria Blindada e, em particular, da Escola Preparatória de Cadetes do Exército. A elevada qualidade técnica das equipes e a grande participação da comunidade campineira deram brilho especial ao evento.

Os resultados individuais (box) mostram o excelente nível dos atletas, reflexo da participação de alguns na equipe brasileira que conquistou o Campeonato Mundial, realizado na Alemanha, em 1990. O **Sargento Bandeira,** do Exército, mais uma vez o grande destaque da competição, bateu o recorde brasileiro individual das Forças Armadas, superando marca que já era sua desde 1986. O recorde para a prova de natação utilitária – 25s8/10 – obtido por esse atleta, em 1988, foi igualado pelo Cabo Cardoso, da Marinha.

O Exército sagrou-se campeão por equipes totalizando 21 936,8 pontos, novo recorde brasileiro das Forças Armadas, ultrapassando a marca de 21890 pontos, obtida pela equipe da Marinha, em 1989. Destaque-se a participação do Tenente Campanaro, do Cabo Venâncio e do Taifeiro de 2ª Classe Aragão que, com seus expressivos desempenhos, somaram-se ao Sargento Bandeira, para colocar o Exército no primeiro lugar do pódio.

A quebra de recordes representa uma clara evolução de rendimento dos atletas empenhados na difícil modalidade. A CDMB, encarregada da seleção da equipe que representará o Brasil no Campeonato Mundial da Noruega, ainda este ano, vislumbra, baseada nesses últimos resultados, mais uma positiva participação de nosso País.

**RESULTADOS INDIVIDUAIS**

| Coloc. | Nome | F. Arm | Pontos |
|---|---|---|---|
| 1º | Sgt BANDEIRA | Ex | 5.575,4 |
| 2º | Cb SANTANA | Mar | 5.490,4 |
| 3º | T2 ARAGÃO | Ex | 5.460,0 |
| 4º | Cb VENÂNCIO | Ex | 5.453,2 |
| 5º | Ten CAMPANARO | Ex | 5.448,2 |
| 6º | Sd JACIL | Mar | 5.405,3 |

■

# Dez anos de Comunicação Social

O CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO EVOLUI "MANOBRANDO" PARA ATINGIR SEUS OBJETIVOS.

O Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo é integrado pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República, pelas Unidades de Comunicação Social dos Ministérios, pelos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República e pelas entidades da Administração Indireta.

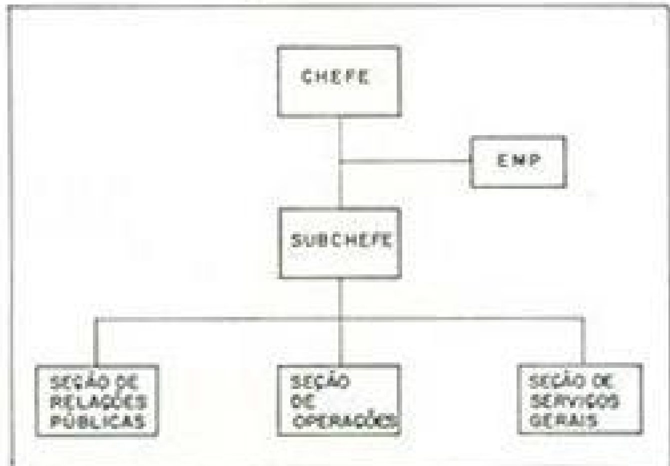
Em cada Ministério, cabe a uma Unidade de Comunicação Social (UCS), diretamente ligada ao Ministro de Estado e integrada ao Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos subordinados e das diversas entidades vinculadas.

O CCOMSEX, dentro do que preceitua a Presidência da República, funciona como a UCS do Ministério do Exército.

Cabe ressaltar, no entanto, que é antiga a preocupação da Força Terrestre com essa atividade-meio. Em 1951, uma nova organização do Gabinete do Ministro criou uma assessoria – a 6ª Divisão – voltada para as Relações Públicas.

Dessa forma, teve início um trabalho de comunicação social, embora incipiente, visando a assessorar o Ministro do Exército.

O Histórico do Gabinete do Ministro registra que a atividade embrionária iniciada em 26 de julho de 1951 foi, amiúde e paulatinamente, sofrendo reformulações conseqüentes da conjuntura e, ao mesmo tempo, procurando uma maior integração com a atividade correlata fora da Força.




QUADRO 1

A mudança da capital federal para Brasília não provocou solução de continuidade nos trabalhos, haja vista ter sido dotado o Escalão Avançado do Gabinete de uma Seção de Informações Públicas (S/2), encarregada das audiências e atividades relativas às informações ao público, na capital.

O ano de 1966 assinalou dois fatos de grande importância: foi editada, pela primeira vez, a Revista *O Seu Exército*, e foi realizado o I Simpósio de Relações Públicas do Exército, no Rio de Janeiro.

**ALDEIA GLOBAL** – Os anos setentas apresentaram uma participação efetiva da Assessoria de Relações Públicas (ARP) em diversos eventos patrocinados pela Presidência da República, por ministérios civis e universidades. Além disso, mereceram destaque a vinculação do *Noticiário do Exército* ao Gabinete do Ministro (1972) e a primeira edição da *Revista Verde-Oliva* (1973). Por outro lado, o final dessa década e o início da seguinte viram surgir a teoria da "aldeia global", no campo da Comunicação, onde a publicidade, as relações públicas, o jornalismo e a ação comunitária passaram a funcionar, de forma plena, como vetores de aproximação dos povos de todo o mundo.

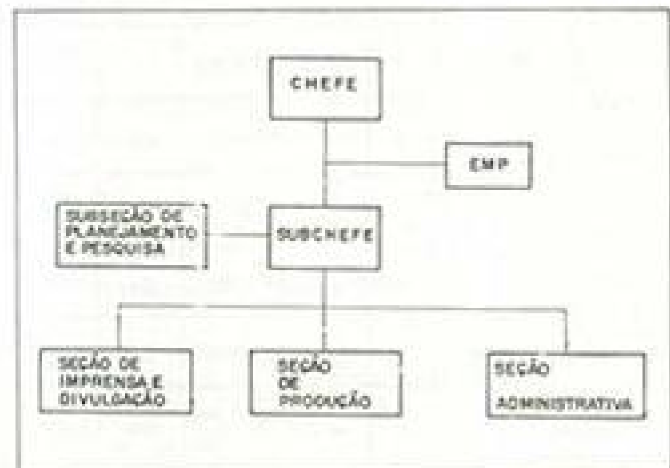
Em face dessa crescente importância adquirida pela comunicação, o Exército Brasileiro buscou adaptar sua estrutura ao novo cenário mundial. Por intermédio do Decreto nº 85.836, de 24 de março de 1981, foi criado o atual CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEX), com a atribuição de ser o órgão responsável por toda essa importante atividade no Exército Brasileiro.

Chefiado por um oficial-general, o CCOMSEX presta permanente assessoria ao Ministro do Exército, o que, dentre outros fatos, caracteriza a relevância atribuída a essa missão complementar da Força.

Ao longo dos últimos dez anos, a exigência, cada vez maior, de rapidez e eficiência das informações vem impondo, ao CCOMSEX, atualização contínua e presteza na divulgação, praticamente imediata, das atividades do Exército.

A estrutura organizacional, concebida há um decênio (quadro 1), atendeu às necessidades da época. Entretanto, em 1982, fez-se necessária uma pequena reorganização estrutural, quando a Seção de Operações foi transformada em Seção de Produção.

O ritmo de trabalhos do CCOMSEX, contínuo e ininterrupto, cada vez mais volumoso e participativo, quer nas atividades do Ministério do Exército, quer no contexto da vida nacional, passou a exigir novas reformulações operacionais, com vista a atender às solicitações que lhe




QUADRO 2

eram feitas. Objetivando racionalizar o trabalho, o Centro passou a ter uma nova organização (1983), em particular com o surgimento da Seção de Imprensa e Divulgação, o que permitiu assessoramento de maior nível ao Ministro do Exército no que tange a todos os modernos órgãos de divulgação (quadro 2).

Com uma estrutura melhor montada, o CCOMSEX pôde lançar-se na busca da concretização de idéias novas e ousadas, sempre com o intuito de assessorar o Ministro com rapidez e eficiência.

Nesse período, incrementou-se a participação em eventos civis da área de comunicação, com destaque para o Congresso Brasileiro de Relações Públicas, e a Semana de Relações Públicas de Brasília, dentre outros.

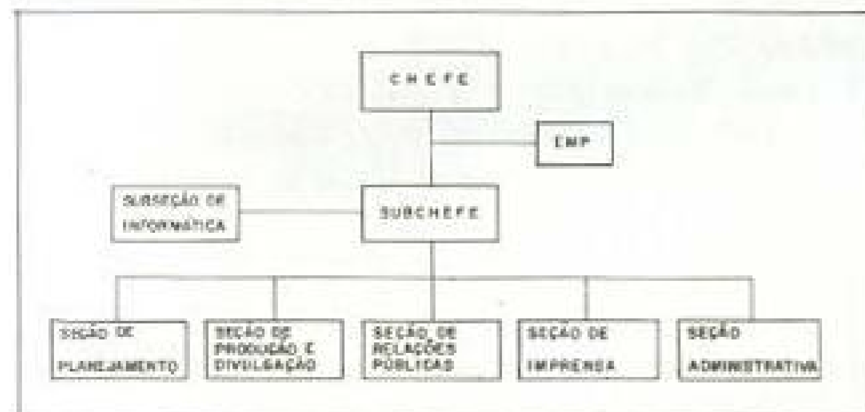
A constatação da necessidade de aprimoramento impeliu o Centro a introduzir nova reformulação na sua organização. A crescente exigência do setor de imprensa escrita do País, a modernização da televisão e o substancial aumento de trabalho justificaram a mudança. Em 1985, foi criada a Seção de Imprensa, com a missão de planejar, orientar, dirigir, coordenar e controlar as atividades no campo da imprensa. O surgimento da Seção de Divulgação, a partir da Seção de Produção, absorvendo parte das atribuições da antiga Seção de Imprensa e Divulgação, permitiu um trabalho mais acurado na divulgação das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes. Finalmente, acompanhando a modernização da Força, concomitantemente com o elevado número de trabalhos elaborados, foi criada a Subseção de Informática (quadro 3).




*QUADRO 3*

Mais uma vez, a planificação do funcionamento permitiu novos produtos acabados de melhor nível. No bojo desse enfoque, pode-se destacar a elaboração do primeiro Plano de Comunicação Social do Exército, as Normas para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Comunicação Social do Exército, o surgimento dos Simpósios de Comunicação Social, a adoção do Vade-Mécum de Comunicação Social e a implantação do projeto de divulgação de notícias sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério do Exército.

**TAYLOR** – O dinamismo até aqui demonstrado não significa que o CCOMSEX considere ter atingido a organização ideal. Pelo contrário, uma preocupação constante dos seus integrantes é a capacidade de rapidamente "manobrar" a estrutura com a finalidade de atingir novos objetivos e desafios que se lhes apresentem. Constatando que uma empresa moderna, dentro da visão administrativo-científica de Taylor, não poderia prescindir de um órgão planejador de porte, surgiu uma nova estrutura organizacional, a qual persiste até os dias atuais, marcada pela transformação da Subseção de Planejamento em uma nova Seção (quadro 4).




*QUADRO 4*

Com roupagem mais moderna e ágil o CCOMSEX vem, nos últimos cinco anos, mostrando uma inigualável capacidade de adaptação às conjunturas existentes, além de um invejável grau de modernidade.

Percorrendo este lustro, constata-se a instalação de novos equipamentos de comunicações (telex, fac-símile, ilha de edição, câmeras de TV, vídeo, filmadoras e outros modernos meios eletrônicos), a participação nos X e XI Congressos Brasileiros de Relações Públicas, e na III Conferência Íbero-americana de Editores Militares (Forte Benning/EUA). Cabe, ainda, ser lembrada a realização do V Simpósio de Comunicação Social, neste ano.

A evolução da Comunicação Social, da década de 80 até os nossos dias, evidenciou que muito se fez, dentro da Força Terrestre, nesse campo. De extrema importância para a época, a então tímida Divisão de Relações Públicas, de 1951, se comparada ao atual Centro, representa uma caminhada árdua e exemplo de fé e persistência em alcançar um objetivo.

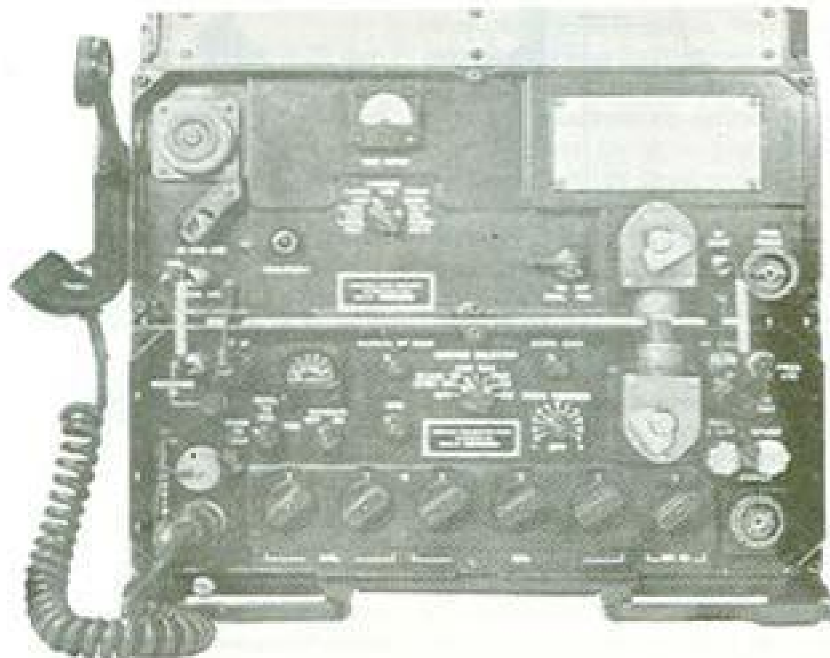
Um decênio poderia ser considerado muito pouco no que se refere à História. Entretanto, o acervo acumulado nesses poucos anos pode ser visto como incontestável demonstração do que se pode obter com dinamismo, trabalho, objetividade e flexibilidade no cumprimento da missão.

Parabéns, CCOMSEX! É oportuno desejar-lhe, e aos seus integrantes, um futuro cada vez mais brilhante. ■

# SITELTRA S.A.

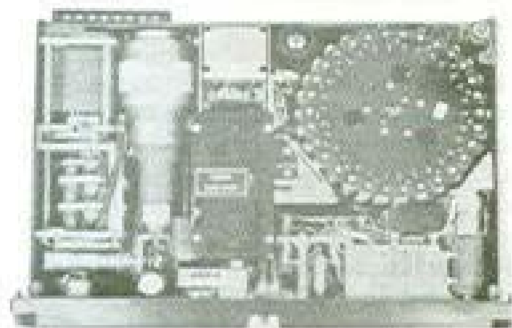
A SITELTRA S.A. – SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES E TRÁFEGO, empresa de capital 100% nacional, adquiriu no decorrer de mais de vinte anos de serviços prestados ao EXÉRCITO BRASILEIRO notória competência e especialização na área de produção e manutenção de equipamentos de comunicações militares, já tendo produzido mais de dez mil transceptores em freqüência modulada na faixa de VHF, além de ter executado serviços de modernização em grande número de equipamentos que utilizavam semicondutores de germânio. Também desenvolveu em seus próprios laboratórios, a partir de especificações do EXÉRCITO, um moderno conjunto-rádio multicanal duplex, que opera nas faixas de VHF e UHF e que se destina aos SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA atualmente em fase de implantação. Atualmente a SITELTRA está realizando esforços para produção no país de componentes e circuitos com tecnologia SMD (Surface Mounting Device), a qual possibilita considerável miniaturização dos equipamentos aliada a um maior grau de confiabilidade, características essas essenciais nos equipamentos de emprego militar.

# CONJUNTO RÁDIO EB 11 - (AN/GRC 106)

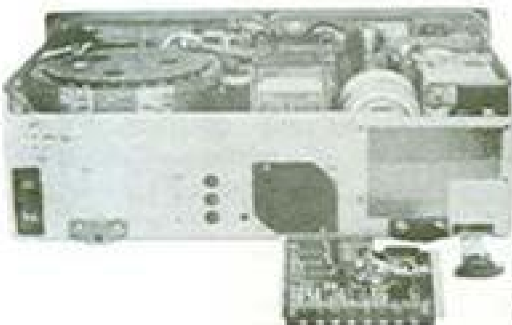


Depois de acurado estudo realizado no âmbito do Departamento de Material Bélico (DMB) pela Diretoria de Material de Comunicações e de Eletrônica (DMCE), o Exército Brasileiro decidiu realizar uma total modernização nos Conjuntos Rádio EB 11 - (AN/GRC-106), os quais vêm prestando, há aproximadamente duas décadas, excelentes serviços à Força Terrestre.

Não obstante a ótima qualidade destes equipamentos, o peso de quase vinte anos já se fazia sentir e refletia-se na perda de vitalidade no desempenho. Medidas urgentes precisavam ser tomadas a fim de evitar um colapso nesta classe de equipamento (Grupo VI), através do qual são efetuadas as ligações rádio dos escalões Brigada e Divisão do Exército.



No estudo realizado foram consideradas duas possibilidades. A primeira contemplava a aquisição de novos equipamentos e a segunda previa um processo geral de modernização. No caso de aquisição levou-se em conta vários equipamentos, entre eles as versões mais modernas do Cj Rad EB 11 - (AN/GRC-106), atualmente em uso nos Exércitos de vários países. Na análise da modernização os nossos equipamentos deveriam sofrer, a nível de fábrica, uma manutenção geral em suas partes eletroeletrônicas e mecânicas, recebendo, inclusive, um moderno dispositivo de sintonia automática de antena.



Considerando-se, entre outros fatores, o elevado custo dos equipamentos novos, a confiabilidade que os atuais Cj Rad EB 11 - (AN/GRC-106) nos inspiram e a abrangência do projeto de modernização apresentado, o Exército optou pela repotencialização destes equipamentos, finda a qual os mesmos receberão a denominação **CONJUNTO-RÁDIO EB 11 - (AN/GRC-106-C).**

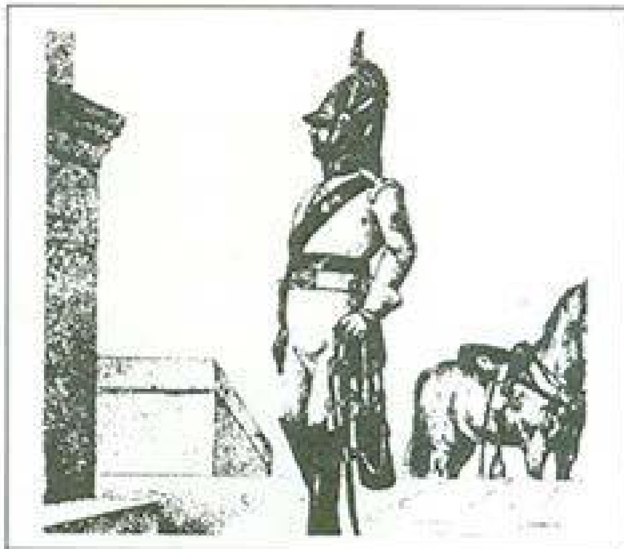
*"Para a consecução desse trabalho foi estabelecido um plano plurianual que teve início em 1988, e cujo término estava previsto para 1990. Entretanto, em face da situação econômica do país, o plano foi prorrogado e encontra-se, ainda, em desenvolvimento. Dos 134 (cento trinta e quatro) conjuntos-rádio existentes, 22 (vinte e dois) já foram modernizados pela SITELTRA S.A., e entregues às unidades de comunicações.*

*No corrente ano está prevista a entrega de mais 23 (vinte e três) equipamentos".*

*Ganha, assim, o Exército Brasileiro um Conjunto-Rádio moderno, eficiente e confiável e ganham os integrantes da Arma do Comando a certeza de poderem contar ainda, por muitos anos, com os relevantes serviços que a tão famosa "106" presta às Comunicações.*

# Dragões para sempre

O 1º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDAS MARCA NOSSA HISTÓRIA COM BRAVURA E PATRIOTISMO.



Gravura de Debret: origem do belo uniforme

Os grandes feitos da nossa história, a começar pela data máxima de nossa maioridade – a Independência – tiveram a participação ativa do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, hoje consagrado com a denominação de "Dragões da Independência".

Sua criação, pelo Príncipe-Regente Dom João VI, foi decretada em 13 de maio de 1808, sob o nome de 1º Regimento de Cavalaria do Exército. As origens da Unidade remontam a 1765, com a criação do Esquadrão de Cavalaria de Guarda dos Vice-Reis, quando, com a instituição do Vice-Reinado do Brasil, a sede do governo transferiu-se da Bahia para o Rio de Janeiro.

**A GUARDA DOS VICE-REIS** – Foi o primeiro Vice-Rei, Conde da Cunha que, ao instalar-se o Governo na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1763-1767), criou a 1ª Companhia de Cavalaria de Guarda dos Vice-Reis, considerado o primeiro corpo de escola do País e responsável pela segurança e pela preservação da autoridade do cargo. O Conde de Azambuja, sucessor do Conde da Cunha, organizou a 2ª Companhia que, juntamente com a 1ª, formou o 1º Esquadrão de Cavalaria de Guarda dos Vice-Reis.

Paralelamente, em Minas, substituindo as Unidades de Cavalaria dos Dragões, que existiam desde 1729, o governo criou, em 1775, com sede em Vila Rica, o Regimento de Cavalaria de Linha.

Fato de importância a ressaltar é que "o **Alferes Joaquim José da Silva Xavier,** o Tiradentes, que já servira no Esquadrão de Cavalaria de Guarda dos Vice-Reis, pertenceu à 6ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Minas".

No decorrer de sua gloriosa existência, dois episódios marcantes, que antecederam o I Império, tiveram a participação do Regimento de Cavalaria do Exército: o "Fico", do Príncipe Dom Pedro e a Proclamação da Independência.

O primeiro episódio envolveu o Regimento na madrugada de 11 de janeiro de 1822, colocando-o no Rocio, em posição de defesa para enfrentar a tropa da Divisão Auxiliadora, comandada pelo Tenente-General Jorge Avilez Zuzarte de Souza França, que se opunha à resolução de Dom Pedro de permanecer no Brasil, atendendo ao desejo de inúmeros patriotas brasileiros.

A participação do Regimento no Grito do Ipiranga é expressivamente documentada por Pedro Américo no quadro da Independência, onde os bravos cavaleiros saúdam o novo Imperador do Brasil, no momento histórico da Proclamação da Independência, às margens do Ipiranga. Com efeito, o Príncipe Dom Pedro, em sua viagem a São Paulo, em agosto e setembro de 1822, levou, em sua escolta, elementos do então 1º Regimento de Cavalaria do Rio de Janeiro, integrantes da Imperial Guarda de Honra, além de uma Companhia do Regimento de Minas.

**A IMPERIAL GUARDA DE HONRA** – Dom Pedro I criou, a 1º de dezembro de 1822, por decreto, a Imperial Guarda de Honra, que se compunha de cidadãos paulistas que voluntariamente se reuniram, juntamente com sua escolta, a 7 de setembro de 1822, na defesa e na guarda de sua "Augusta Pessoa tão sacrilegamente ameaçada por aquela desenfreada soldadesca", em clara alusão à Divisão Portuguesa, que na corte, se revoltara contra ele, em janeiro daquele ano. Seus integrantes eram admitidos após prestarem juramento de fidelidade e inteira obediência ao seu Imperador. Aquele corpo aristocrático e de elite, que abrigara em seus quadros inúmeros oficiais do 1º Regimento de Cavalaria, teve curta duração. Uma lei de 25 de outubro de 1832 – exatamente dez anos após sua criação – extinguiu a Imperial Guarda de Honra.

Em 1824, os Regimentos de Cavalaria do Rio de Janeiro e de Minas Gerais transformam-se em 1º e 2º Regimentos de Cavalaria de Linha, respectivamente.

O 1º Regimento de Cavalaria teve sua atuação na Campanha da Independência, na Bahia, e na revolta liderada por Manuel Carvalho, nas Províncias de Pernambuco e Ceará, mais conhecida por Confederação do Equador. Na Guerra da Cisplatina, em 1827, participou da Batalha de Ituzaingó, "além de cobrir a retaguarda da marcha para o Rio Jacuí, salvando o Exército", conforme relata o Marquês de Barbacena em carta ao Imperador. Nessa batalha, "o Regimento perdeu muitos oficiais e praças, mas nunca voltou as costas ao inimigo".

A 24 de novembro de 1830, foi criado o 1º Corpo de Cavalaria do Exército, formado com o pessoal dos 1º e 2º Regimentos de Cavalaria de Linha. Sua criação era consolidada por um decreto de

4 de maio de 1831. O antigo Regimento esteve presente, a 7 de abril de 1831, nos acontecimentos ligados à abdicação de Dom Pedro I.

O governo alterou, durante o 2º Reinado, em 1839,a sua denominação para 1º Regimento de Cavalaria Ligeira. Nesse espaço de tempo, foi mantido na corte com a missão de guarda do Imperador, não tendo, por conseqüência, participação em operações de vulto.

**O CAVALO BAIO NÚMERO SEIS**– A Proclamação da República, que a princípio era uma conspiração apenas para derrubar o gabinete do Visconde de Ouro Preto, teve – segundo alguns historiadores – o apoio entusiasta de vários oficiais de Cavalaria que, em documento endereçado a Benjamin Constant, em 11 de novembro de 1889, aderiram sem reserva às deliberações que se fizeram necessárias para evitar "o aniquilamento completo da Nação brasileira e do Exército".

Naquele mesmo ano, precisamente a 14 de dezembro, o governo provisório passa a denominá-lo 1º Regimento de Cavalaria.

Quando o Marechal Deodoro da Fonseca, a 15 de novembro de 1889, aproximou-se da Cavalaria, que se havia deslocado para o Campo de Santana, e pediu um cavalo para montar, o Alferes Eduardo Barbosa Júnior cedeu sua montaria, o cavalo baio número seis. Foi montado nesse animal que o Marechal transpôs o portão do Ministério da Guerra.

O cavalo tornou-se célebre. Presenteado posteriormente ao Regimento, deixou de ser montado até a data de sua morte, a 28 de fevereiro de 1904. Enterrado no picadeiro do Regimento teve sobre a sepultura uma coluna de granito e cimento sustentando em mármore os seguintes dizeres: "nº 6 do 1º Esquadrão, montada do general Deodoro a 15 de novembro de 1889".

Por tradição, a montada do Comandante do Regimento tem sido um cavalo baio de número seis.

Tanto a revolta da Esquadra em 1892, chefiada pelo Almirante Custódio de Mello, que tentara bloquear o porto do Rio de Janeiro, quanto a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, envolvendo, em 1893, partidários de Gaspar da Silveira Martins e Júlio de Castilho, tiveram de afrontar-se com o Regimento de Cavalaria, que permanecera fiel ao governo da República.

Os relatos sobre a Campanha de Canudos, em 1897, a revolta da Fortaleza de Santa Cruz, em 1905, a sublevação do Batalhão Naval, em 1910, e a Revolução de 1922, contra o governo de Epitácio Pessoa, dão conta da atuação efetiva do 1º Regimento – de Cavalaria Independente, a partir de 1908, e de Cavalaria Divisionária em 1919 – em apoio às autoridades constituídas. Nesse último acontecimento, o 2º Esquadrão do Regimento, comandado pelo então Capitão Euclydes de Oliveira Figueiredo, foi destacado para dar combate aos revoltosos da Escola Militar.

Outras atuações importantes daquele Regimento foram as participações na Revolução de 1924, deflagrada em São Paulo pelo General Isidoro Dias Lopes, antigo Comandante do Regimento; na Revolução de 1930, com Góis Monteiro no comando militar do movimento; na Revolução Constitucionalista de 1932; na Intentona Comunista de 1935; e no Movimento Integralista de 1938.

**DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA** – Deve-se a Gustavo Barroso, então Deputado, iniciar, em 1916, um movimento para restaurar as gloriosas tradições militares brasileiras. Em artigo da Revista A Semana, datado de 23 de dezembro de 1916, escreveu ele em certo trecho: "O 1º Regimento de Cavalaria do Exército, em virtude de lei, devia passar a chamar-se Regimento dos Dragões da Independência, usando a farda tradicional da Imperial Guarda de Honra. Com ela, na guarnição da Capital Federal, daria escolta ao Presidente da República e aos diplomatas estrangeiros, guarda nos palácios do governo e carga final na revista de 7 de setembro. Nas manobras e campanhas seria o 1º Regimento de Cavalaria usando a farda comum. O uniforme histórico ficaria somente para as paradas e escoltas".

No ano seguinte, Barroso apresentava à Câmara projeto de lei, que atribuía ao 1º Regimento de Cavalaria o uniforme da Imperial Guarda de Honra e o título de "Dragões da Independência". O projeto aprovado pela Câmara foi, entretanto, derrubado, em 1918, pelo Senado, que teria sido influenciado por militares de formação positivista. O assunto permaneceu esquecido durante vários anos, até mesmo durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1922.

Graças à sensibilidade e ao amor à tradição do Tenente-Coronel Euclydes de Oliveira Figueiredo, em 1927 Comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, a idéia reviveu. Suas gestões mereceram a aprovação do General Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra. Sob a denominação de Dragões da Independência, o 1º Regimento de Cavalaria desfilou, a 7 de setembro daquele mesmo ano, envergando, pela primeira



**Posse do Presidente Collor: participação majestosa**

vez, o uniforme histórico da Imperial Guarda de Honra, naturalmente com as adaptações normais ao regime republicano.

Na justificativa que Gustavo Barroso redigiu para o projeto de lei, apresentado à Câmara em 1917, lê-se: "Restabelecer-se-ia o uniforme, porque ele foi a primeira farda branca brasileira e lembrava a nossa Independência, pois nasceu antes dela para defender o seu autor e com ela se encontrava no momento culminante do Ipiranga, conforme o quadro célebre de Pedro Américo. Deveria ser escolhido para usá-lo o corpo de tropa mais antigo do Exército Brasileiro, nascido do Esquadrão da Guarda dos Vice-Reis, o 1º Regimento de Cavalaria".

Em 1946, transformou-se no atual 1º Regimento de Cavalaria de Guardas.

**DE SÃO CRISTOVÃO PARA BRASÍLIA** – O 1º Regimento de Cavalaria, embora criado em 1808, somente teve quartel próprio em 1810. Uma estalagem, localizada entre o Rocio, antigo Campo dos Ciganos, a Rua do Piolho, atual Rua da Carioca, e o Campo de Santana, abrigou os primeiros animais.

Embora sejam imprecisas as informações sobre os primeiros aquartelamentos do Regimento, sabe-se que, em 1840, o quartel localizava-se na Praça da Aclamação e a partir de 1855 transferiu-se para a Rua de Santana. Em 1871, instalou-se na Rua Figueira de Melo, esquina com a Rua Pedro Ivo, no antigo Cortume de São Cristovão, onde permaneceu até sua transferência para Brasília. Por iniciativa de Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra em 1920, o velho quartel de São Cristovão foi demolido para dar lugar, em 1922, a um novo edifício, mais amplo e confortável.

Precisamente a 16 de novembro de 1967, a tradicional Unidade de Cavalaria do Exército deixou o Rio de Janeiro e transferiu-se para a nova capital. Comandava o Regimento o então Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Os velhos portões do quartel de São Cristovão que "viram sair seu pai à testa do Regimento em 1927, para o primeiro desfile com o histórico uniforme, assistiram, quarenta anos depois, sair o filho para comandar pela última vez na Guanabara o desfile dos Dragões! O destino reservou-lhe, como uma continuação da honra que coube ao seu pai, a de figurar na história do Regimento como último Comandante em São Cristovão e o primeiro na Capital Federal".

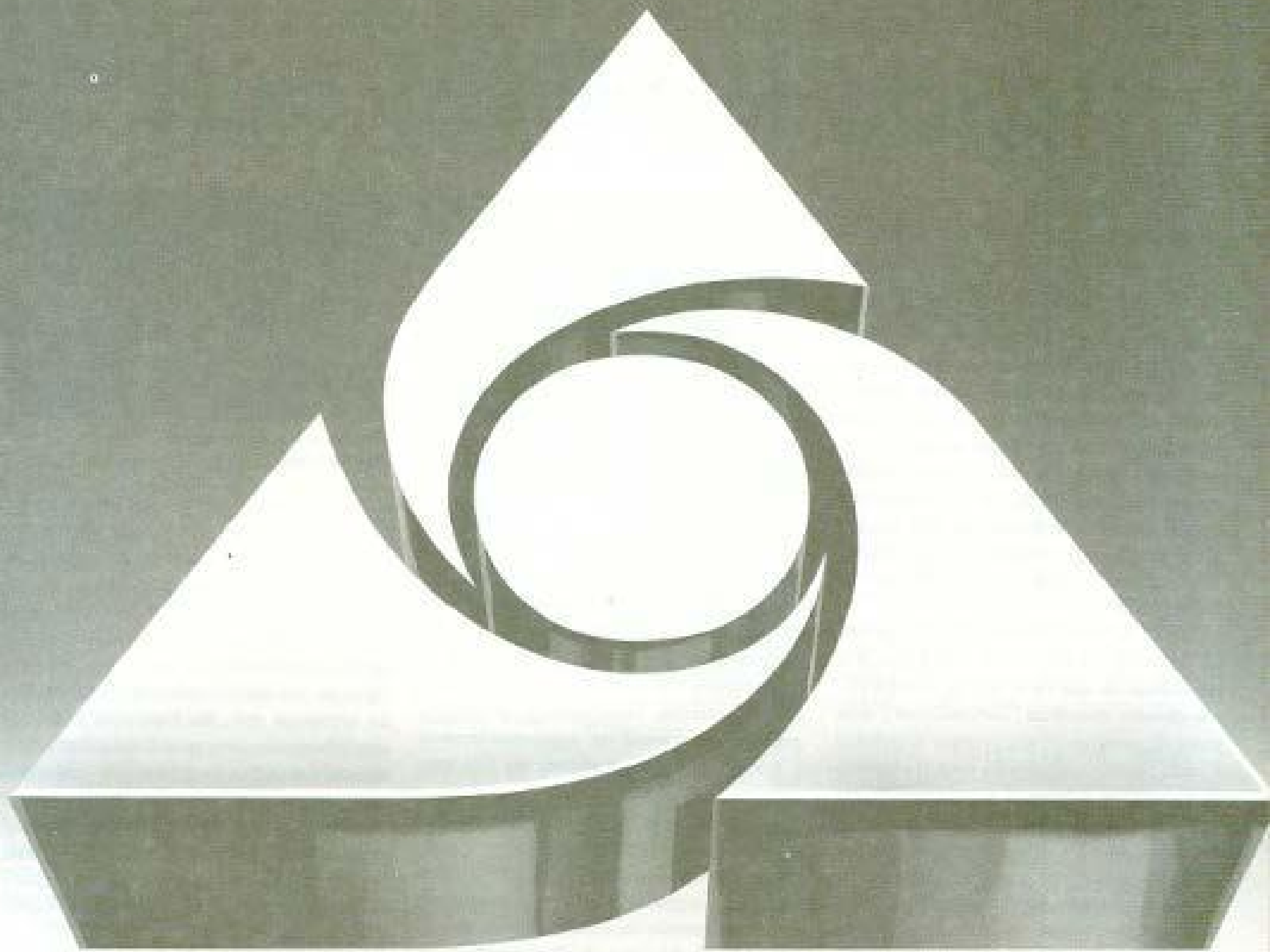
As predições de Gustavo Barroso, em 1916, se confirmaram. Os eventos mais significativos, as comemorações de nossas datas máximas, as homenagens aos visitantes e aos nossos grandes mortos contaram sempre com a presença imponente dos Dragões.

As honras militares ao Presidente da República são prestadas pelos Dragões, que, com garbo e elegância, abrilhantam as solenidades no Palácio do Planalto.

(Excertos do livro "Dragões da Independência", publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em fevereiro de 1983.) ■

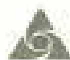
Descida da rampa: aléia de lanças para a cerimônia





# TRIÂNGULO PERFEITO.

Qualidade, tecnologia, diversificação de produtos.
Este trinômio faz da Alpargatas líder na fabricação
de confecções, calçados, artigos esportivos,
lonas e encerados, e outros produtos têxteis para
o mercado doméstico e de exportação.
As principais marcas da empresa são líderes nos
diferentes segmentos do mercado brasileiro.
Alpargatas, há mais de 80 anos gerando empregos
e divisas para o Brasil.


SÃO PAULO ALPARGATAS S.A.

# Programa Gente da Gente

**O COMANDO MILITAR DO NORDESTE APÓIA O GOVERNO FEDERAL NA AJUDA AOS NOSSOS IRMÃOS NORDESTINOS.**

O Comando Militar do Nordeste (CMNE), junto a outras instituições brasileiras, iniciou, em novembro de 1990, a distribuição de gêneros alimentícios à população nordestina de baixa renda.

Criado pelo governo e denominado Programa Gente da Gente, o empreendimento destina-se a contribuir para amenizar o sofrimento causado pela seca. Espera-se, também, que ajude a diminuir o êxodo rural.

**CESTA DE GÊNEROS** – O Governo Federal, atento a esses problemas e consciente de que deve ajudar o nordestino, decidiu distribuir, mensalmente, uma cesta de gêneros de seu estoque regulador a cada família cadastrada, com o objetivo de incentivar o homem a permanecer em sua terra, mantendo, dessa forma, íntegros sua família, seus costumes e suas tradições.

A distribuição será realizada, provavelmente, até o inverno deste ano, quando se espera que a situação climática se normalize podendo dessa forma ser evitado que o caboclo nordestino necessite emigrar para grandes centros urbanos, agravando, ainda mais, os problemas sociais já existentes.

A cesta de alimentos foi composta, inicialmente, por dez quilos de arroz, três quilos de farinha de mandioca e três de fubá. A partir da terceira distribuição, ela será acrescida com um quilo de feijão, produto que será aumentado, gradativamente, nas distribuições posteriores.



Posto de distribuição: o cadastrado aguarda sua cesta

O Programa Gente da Gente, pela dimensão que apresenta, envolve, em suas várias etapas, inúmeros órgãos e instituições, todos voltados, estritamente, para o cumprimento de suas missões, de forma que os alimentos cheguem às mãos dos necessitados nos prazos e locais pré-estabelecidos (vide quadro).

**PÓLOS REGIONAIS DE DISTRIBUIÇÃO** – Em função da malha rodoviária da região e das condições de armazenagem, foram selecionados 24 Pólos Regionais de Distribuição (PRD) para o atendimento das cerca de 650 000 famílias cadastradas, beneficiando um contingente populacional de aproximadamente 3,3 milhões de nordestinos, em 573 municípios.

A distribuição teve início no município de Souza, no alto sertão paraibano, atingindo, em meados de janeiro, toda a vasta área do Comando Militar do Nordeste, que compreende os Estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí.

**PRAZER EM SERVIR** – Para cumprir com eficiência a sua missão, o Comando Militar do Nordeste, em virtude do vulto da operação e do volume dos trabalhos, emprega, em média, sessenta homens por PRD, o que resulta num efetivo de cerca de 1 500 militares, entre oficiais e praças do Exército Brasileiro.

O trabalho do Comando Militar do Nordeste vem sendo facilitado pelas características psicossociais do homem que serve ao Exército, particularmente no Nordeste. Sua versatilidade, seu espírito de cooperação e sua simpatia, em muito contribuem para que os Grandes Comandos e Organizações Militares da área possam cumprir sua missão da melhor maneira possível.

Tarefas estranhas ao dia-a-dia da caserna, tais como dirigir carretas e acondicionar gêneros em viaturas de tipos e tonelagens diversas, foram assimiladas e realizadas com naturalidade.



O general e a sertaneja: o povo unido.

O Comando Militar do Nordeste sente-se feliz em poder prestar uma pequena, porém significativa parcela de colaboração no sentido de minorar o sofrimento do sertanejo que, ao longo da História, tem oferecido, com seus filhos, exemplos dignos de serem seguidos por todos os brasileiros.

É por essa razão que todos os integrantes do Comando Militar do Nordeste, orgulham-se de participar dessa importante missão social, à qual dedicam especial carinho.

Afinal, trabalham todos para "GENTE DA GENTE"!

Órgãos e instituições que participam do Programa Gente da Gente:

| ÓRGÃO INSTITUIÇÃO | O QUE FAZ |
|---|---|
| SUDENE | Seleciona os municípios |
| Ministério da Ação Social | Cadastra as famílias nos municípios selecionados |
| Companhia Nacional de Alimentação (CNA) | Transporta os gêneros para os PRD e os estoca |
| Força Aérea Brasileira | Por meio do II COMAR, presta o apoio aéreo aos reconhecimentos |
| Exército Brasileiro | Por intermédio do Comando Militar do Nordeste, transporta os alimentos dos Pólos Regionais de Distribuição (PRD) e os distribui às famílias cadastradas. |

■

# Sistema de Artilharia Antiaérea para a zona de combate

O TRABALHO REALIZADO PARA DEFINIR OS REQUISITOS OPERACIONAIS BÁSICOS DO SISTEMA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA PARA EMPREGO A BAIXA ALTURA NA ZONA DE COMBATE (ROB SIST AAAe/ZC) É MARCO INICIAL PARA A PRODUÇÃO DE NOVOS SISTEMAS.

O Estado-Maior do Exército (EME) nomeou, em dezembro de 1988, um Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI), constituído por oficiais do Exército e da Aeronáutica, auxiliados por engenheiros civis e sob coordenação de sua 3ª Subchefia, para definir os ROB SIST AAAe/ZC. Foram dois anos de exaustivo trabalho até o dia 22 de fevereiro deste ano, data da aprovação final dos requisitos pelo Chefe do EME.

O GTI, ao iniciar os seus trabalhos, analisou os fatores que poderiam pesar na consecução de seu objetivo, a saber:

– falta de experiência na confecção dos ROB de um sistema. Os únicos elaborados até a presente data, destinam-se ao Sistema Tático de Guerra Eletrônica;

– necessidade de nivelamento de conhecimentos entre os integrantes do GTI sobre toda a problemática que envolveria a definição do complexo Sistema de Artilharia Antiaérea;

– equilíbrio no desenvolvimento das atividades do GTI e das atividades funcionais de seus componentes, de vez que a nomeação dos mesmos deu-se sem prejuízo das funções, e

– dificuldade na convocação dos especialistas das diversas áreas necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Equacionados os problemas, estabeleceu-se para o GTI uma diretriz de trabalho para os anos de 1989 e 1990, calcada na experiência de outros exércitos e empregando métodos científicos e ferramentas disponíveis de engenharia de sistemas, apoiados pelas estruturas do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Um eficiente Sist AAAe/ZC revela-se bastante complexo, pois comporta uma estrutura de C³I, sensores e armas, que devem ser harmônicos e perfeitamente interfaceados. Assim, ao definir o sistema, o GTI concluiu que o trabalho não consistia apenas em estabelecer-se Requisitos Operacionais e Técnicos Básicos para radares, canhões e mísseis, e desenvolver ou adquirir o material. Seria necessário que se tivesse uma visão clara do sistema como um todo, o que viria a facilitar a integração de equipamentos, a manutenção, a logística e a instrução, com a redação de todos os custos associados a uma conseqüente melhoria de sua eficácia.



Sistema "Justo": dois anos de trabalho

"SOFTWARE" PROTEUS – A realização de estudos sistêmicos já vem sendo feita em países como os Estados Unidos e a França, por meio de abordagem metodológica capaz de minimizar as incertezas decorrentes. Essa metodologia consiste num trabalho conjunto de elementos operacionais e técnicos, dentro de um enfoque multi-disciplinar que foi realizado no GTI, com um amplo intercâmbio entre oficiais operacionais e engenheiros, partindo do geral para o particular e utilizando as ferramentas modernas dos computadores, como o "software" Proteus, adquirido na Inglaterra e instalado no computador digital VAX 8 600, do Centro Tecnológico do Exército, destinado à avaliação de sistemas de Artilharia Antiaérea.

A metodologia adotada pelo GTI teve como objetivo fundamental obter para o Exército o chamado Sist AAAe"Justo", aquele que, não sendo necessariamente sofisticado e de alta tecnologia, fosse capaz de cumprir, com eficácia, a missão para a qual foi concebido e evoluir de maneira natural com a ameaça considerada, de acordo com a limitação dos recursos existentes e com o que prescrevem as Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP), estabelecidas pelo EME. As CONDOP impuseram ao Sistema uma concepção modular, de maneira a atender a uma possível evolução da ameaça, a uma mudança da organização do sistema e à evolução tecnológica.

NOVA ABORDAGEM METODOLÓGICA – O trabalho posto em prática, por seu ineditismo e pela abrangência do espectro percorrido, constituiu marco histórico na nova abordagem metodológica instituída pelo Exército para a obtenção de materiais de emprego militar.

Pela primeira vez, colocou-se, ombro a ombro, uma considerável quantidade de engenheiros militares e de oficiais combatentes especialistas em determinado setor, pesquisando e atuando; enfim, intercambiando idéias e competências em prol da criação de um produto adequado aos interesses e possibilidades da Força Terrestre atual e com projeção para os próximos decênios.

Não se tratou apenas de uma tarefa pioneira, impessoal e consensual. Tratou-se, sobretudo, de missão eivada de extrema dedicação, entusiasmo, desprendimento, disciplina intelectual e de competência profissional. Pode, doravante, servir de exemplo para a produção de outros sistemas operacionais, imprescindíveis no moderno campo de batalha, como defesa anticarro, vigilância e produção de informações operacionais, comunicações por área, guerra eletrônica, controle e coordenação do uso de espaço aéreo por meios terrestres – dentre outros. ■

# Os pais e os filhos

A 4ª DE SACODE A IMAGINAÇÃO DE CRIANÇAS E ADULTOS E CONTRIBUI PARA PROJETAR A IMAGEM DO EXÉRCITO.

O Comando da 4ª Divisão de Exército – Divisão das Minas de Ouro –, com sede em Belo Horizonte-MG, apoiou as atividades do denominado V Fantástico Mundo da Criança, que teve lugar no Parque das Mangabeiras, na guarnição da capital mineira, entre dez e quatorze de outubro de 1990.

O evento, que foi patrocinado pela Rede Globo Minas e pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, constituiu mais uma das atividades de comunicação social que o Exército Brasileiro desenvolve junto ao público interno e externo e, no caso, para um público especial, o infantil, embora tenha sido muito expressiva a participação de adolescentes e adultos, os quais também contribuíram para superlotar o Parque, que abrigou, segundo cálculos de sua direção, cerca de 1,8 milhão de pessoas.

**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** – Embora tendo por escopo programação de interesse da criança, a criatividade da organização do encontro festivo permitiu que seus pais e irmãos mais velhos também fossem atraídos pela variedade de "shows " do V Fantástico Mundo da Criança. Pôde-se enumerar, entretanto, como programas que mais se destacaram, os seguintes:

**Canil Verde-Oliva** – Os animais são sempre objeto de curiosidade da criançada. A 4ª Companhia de Polícia do Exército, com seus cães muito bem adestrados, realizou uma demonstração digna de nota que entusiasmou e arrancou efusivos aplausos dos assistentes, constituindo um dos pontos nobres do evento;

**Banda de Música da 4ª Divisão de Exército** – A banda de música é uma atração praticamente insubstituível em festas, daí a magnífica receptividade da Banda de Música da 4ª DE, especialmente pelo prestígio que essa corporação musical militar desfruta no Estado. A Banda fez jus à fama conquistada dentro e fora da nossa Força, brindando a todos com um repertório mesclado de temas musicais que proporcionaram ternura e saudáveis recordações;

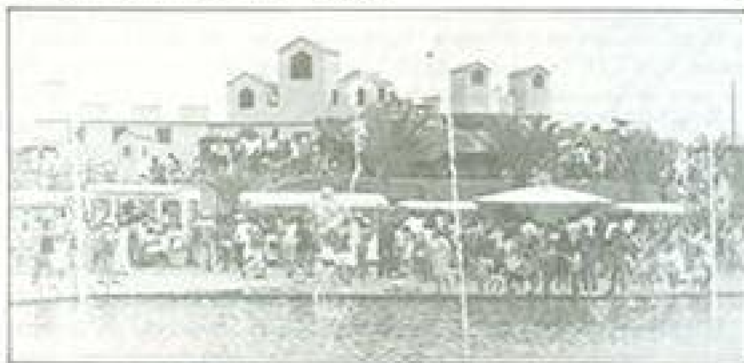
**Exposição de Equipamento Militar** – Indispensável nas exposições das Forças Armadas, o material bélico desperta curiosidade em todas as faixas etárias. Os carros de combate Urutu e Cascavel, de fabricação nacional, foram amplamente "inspecionados" pelos "futuros militares", que sempre encontram nos veículos blindados motivo especial de inocentes devaneios. A modernidade do Urutu e do Cascavel despertou ainda a atenção dos adultos, que tiveram a oportunidade de conhecer, no mesmo estande, o material orgânico da 4ª Companhia de Comunicações, ali instalado com muito bom gosto.

**Montanhismo** – O 12º Batalhão de Infantaria, com sede em Belo Horizonte, tradicional Unidade especializada em montanhismo, fez-se presente para a prática dessa atividade militar que ela bem domina, montando uma trilha por onde a criançada pôde, com segurança e incontida emoção, transpor "difíceis" obstáculos e alcançar, orgulhosamente, o "topo da montanha" que somente os pequenos ousam imaginar;

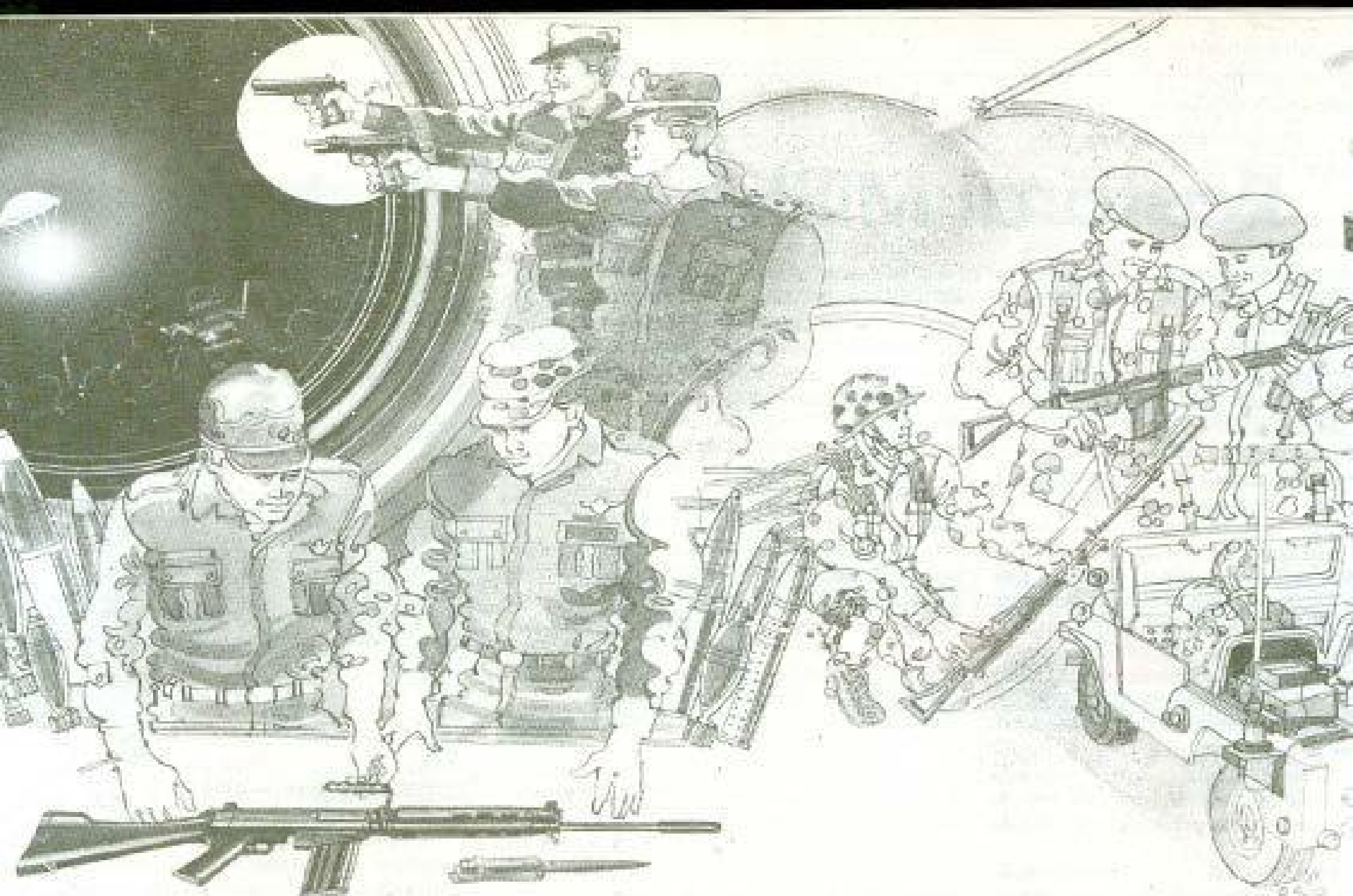
**Testes psicotécnicos no computador** – A engenhosidade da organização do encontro festivo não teve limites: um computador foi instalado, a fim de permitir a realização de testes psicotécnicos para as crianças que formavam, pacientemente, longas filas à espera da oportunidade de serem testadas pelo "fio amigo", conforme ficaram conhecidas as instalações do computador e periféricos, que propiciaram uma atração a mais, inteligente e oportuna, para deleite dos jovens; e

**Tiro-ao-alvo** – Atração destinada, em princípio aos adultos, o tiro-ao-alvo, cujas instalações foram planejadas para proporcionar o máximo de segurança, permitiu que muitos, com grande euforia, realizassem o primeiro tiro de suas vidas. Resguardadas todas as medidas de segurança, às crianças foi também permitido participar, e a ambos os segmentos, como incentivo ao esporte, foram conferidos diplomas de melhor atirador.

**A IMAGEM DO EXÉRCITO** – Os objetivos visados pela 4ª DE, na divulgação do Exército, foram plenamente atingidos. Cabe ressaltar que, a despeito da situação conjuntural de poucos recursos, não faltou criatividade, e assim muito se realizou sem gastos proibitivos, a fim de dar ênfase aos objetivos da Comunicação Social da Força Terrestre. O elevado congraçamento obtido nas comemorações logrou alcançar expressiva participação de civis e militares, tornando o V Fantástico Mundo da Criança reconhecidamente mais abrangente e de maior brilho que os encontros de anos anteriores, o que incentiva empreendimentos similares. Sem dúvida, além da população belorizontina e de cidades vizinhas, que afluem em caravanas, essa comemoração infantil certamente ampliará suas fronteiras e poderá ajudar a cumprir os objetivos maiores da Comunicação Social do Exército Brasileiro, consolidando a muito boa imagem de nossa Instituição e projetando, no seio da sociedade de nosso País, o binômio "SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO", sempre atual, da Força Terrestre. ■



O público infantil constituiu atração à parte



# IMBEL: presença marcante no dia-a-dia das Forças Armadas



# Pastoral Militar

DOM GERALDO ÁVILA IMPLEMENTARÁ A ESTRUTURA MILITAR DA IGREJA

Não se trata de fato recente o acompanhamento e apoio da Igreja às atividades militares em todo o mundo. A História registra, há muitos séculos, a preocupação dos chefes militares com as atividades religiosas de suas Forças Armadas. Constantino, o Grande, imperador romano, que oficializou o Cristianismo, levava para os campos de batalha, junto a sua bem treinada tropa, uma pequena capela e um capelão. Tal fato demonstra que a Igreja, desde os seus primórdios, sentiu necessidade de acompanhar seus filhos nas circunstâncias difíceis de uma guerra, levando apoio espiritual ao soldado oprimido pelas privações e pela dor. E assim nasceu o Pastoral Militar, que desenvolveu-se através dos séculos, organizou-se e tornou-se uma forte presença na vida da caserna.

**A ESTRUTURA** – A Constituição Apostólica de 21 de abril de 1986, denominada "Spirituali Militum Curae", elevou todos os vicariatos castrenses a verdadeiras dioceses, em face da especial atenção que o Papa João Paulo II tem dedicado à Pastoral Militar. Hoje, cerca de trinta países do mundo dispõem de bispado militar.

No Brasil, as Forças Armadas possuem um arcebispo militar, que pertence à Conferência Nacional, e tem cúria, bem como catedral e seminário próprios. A Arquidiocese Militar do Brasil está sediada no Estado-Maior das Forças Armadas, onde também se localiza a Cúria Militar, em íntima comunhão com os capelães-chefes das três Forças Singulares, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros.

Compondo a base dessa Igreja, encontramos as capelanias militares, que são paróquias idênticas às diocesanas, com os mesmos direitos e deveres daquelas. No Exército, essas capelanias distribuem-se nos Comandos de Divisão de Exército, Regiões Militares, e de Brigadas e nas principais Escolas Militares, subordinando-se a órgãos de coordenação – as Subchefias – localizados junto aos Grandes Comandos de Área.

**OS PASSOS DE DOM GERALDO** – No dia 12 de dezembro de 1990, foi empossado o segundo arcebispo militar do Brasil, que logo tomou novas providências para a estruturação da Pastoral Militar. Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila (vide "box") pretende, como primeiro passo em seu ministério cristão, criar o Boletim Diocesano, que será um órgão de comunicação destinado a facilitar a ligação com os capelães militares e por intermédio deles com toda a pastoral. O segundo passo será a fundação de um grupo pastoral em cada quartel, para que os leigos militares católicos possam tornar-se presença cristã naquele meio. Com essa finalidade, foi fundada a Fraternidade Pastoral de Maria – grupo de oração e trabalho junto ao capelão, em cada organização militar. O terceiro passo será a construção da Catedral dos Militares, em Brasília, na quadra 304 Norte, futura sede de toda a pastoral em nosso País.



Dom Geraldo Ávila: o novo pastor

Dom Geraldo Ávila assumiu as funções com muito entusiasmo e vem contando com grande apoio e compreensão do pessoal militar e, em especial, do Estado-Maior das Forças Armadas, cuja chefia empenha-se em ajudá-lo na sua aspiração de implantar a pastoral em todo o território nacional.

Sabe, contudo, Dom Geraldo, que essa tarefa depende dos militares e de suas famílias. Ele a pretende realizar *"com a graça de Deus e a imprescindível colaboração de todos"* – comentou confiante. ■

---

DOM GERALDO DO ESPÍRITO SANTO ÁVILA

O ARCEBISPO MILITAR DO BRASIL

Em substituição a Dom José Newton de Almeida Batista, que exercia esse ministério desde 1962 – inicialmente como vigário militar e depois como arcebispo – foi Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila nomeado Arcebispo Militar do Brasil, tomando posse em 12 de dezembro de 1990.

Dom Geraldo Ávila nasceu em Datas-MG e formou-se em Diamantina, onde se ordenou padre, sendo Cônego do Cabido e Cura da Catedral. Veio para Brasília, para auxiliar Dom José Newton na época do Concílio, em 1962.

Foi pároco, por quinze anos, na Vila Planalto, em São José da Asa Norte, no Gama, e na Paróquia do Santíssimo Sacramento. Com a inauguração da Catedral de Brasília, foi seu Cura desde 1970. Em seguida, foi nomeado, pelo Papa Paulo VI, Bispo Auxiliar de Brasília. Nessa função, tornou-se encarregado dos movimentos leigos e da pastoral. Fundou vários movimentos como o Eureka, o Encontro com o Mestre e a Fraternidade Pastoral de Maria, além de obras sociais como o Banco da Providência e a Sopa dos Pobres. Recentemente, teve sob os seus cuidados o vicariato sul, que abrange Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia e Gama, cuidando, nessas localidades, da criação de novas paróquias e de cursos bíblicos e teológicos.

Escreveu o livro "Você em Oração e Catequese Pastoral", já na oitava edição e com 160 000 exemplares, cujo objetivo é o de auxiliar na catequese e na piedade popular.

Apesar de sua grande missão no meio castrense, Dom Geraldo Ávila não abandonou o trabalho no Plano Piloto. Ali é capelão da Casa do Candango e diretor espiritual do Cursilho e da Renovação Carismática, bem como do novo Movimento de Evangelização 2 000.

É, ainda, assistente do Movimento Segue-me, missão que, como todas as outras, cumpre com entusiasmo cristão, como é o caso do acompanhamento dos Encontros e Reencontros de Casais das cidades-satélites e das Equipes de Nossa Senhora.

Agora, como Arcebispo Militar do Brasil, Dom Geraldo Ávila vai cuidar da Pastoral Militar em todo o País. Ela abrange 172 capelanias e um efetivo de 600 000 militares, que, somados às suas famílias e a todos os que labutam na caserna, trarão a Dom Geraldo Ávila a pesada responsabilidade de dirigir espiritualmente cerca de 3 milhões de fiéis.

Para essa nobre missão, o novo Arcebispo Militar deverá empreender um esforço adicional: a realização de um sem-número de viagens para visitar a todas as capelanias militares. Entusiasmo não lhe falta. ■

# ORAC - 130

UMA SOLUÇÃO PARA A DEFESA ANTICARRO.

A defesa imediata contra carros de combate já tem uma solução eficiente: ORAC-130. Conduzido e operado por um só homem, o ORAC-130 é capaz de neutralizar os mais modernos blindados existentes, graças à sua potente cabeça-de-guerra de carga oca, com capacidade de penetração de mais de 800mm em chapas de aço superpostas.

A arma, que é descartável, tem seu tubo lançador fabricado em material conjugado de alta resistência. Sua configuração possibilita a estocagem por empilhamento, a utilização por destros ou canhotos, a proteção à luneta no transporte e a estanqueidade.

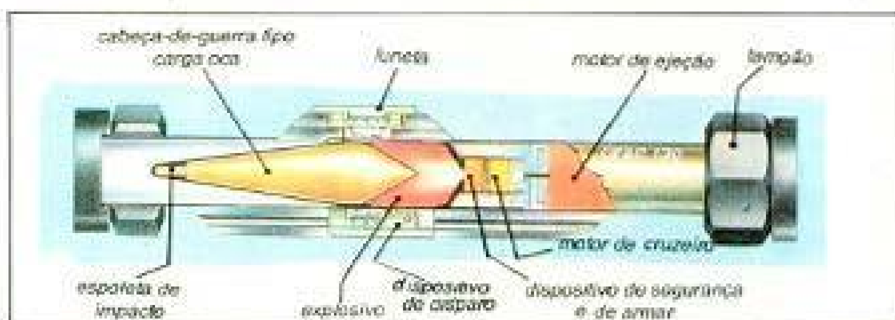
A concepção logística assegura ao ORAC-130 confiabilidade e disponibilidade superiores a 95% e uma vida útil de quinze anos.

A instrução de adestramento pode ser efetuada com o auxílio de simuladores, didáticos ou de subcalibre, este último utilizando fuzil 7,62 adaptado e munição traçante. O tempo de oito horas de treinamento é suficiente para a formação do atirador.

Apto a ser empregado em qualquer situação, o ORAC-130 incorpora, em sua concepção, moderna tecnologia e é mais um produto de alta qualidade da indústria nacional.



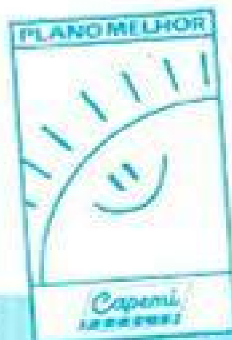
A arma ...




... e seus componentes


# TROQUE SEUS ANTIGOS PLANOS POR UM PLANO MELHOR.

- Exclusivo para você que ingressou na Capemi até 1981.
- O Plano Melhor recupera e amplia para sua família os antigos benefícios.
- Você constrói de imediato para sua família um verdadeiro Patrimônio Previdenciário (sem carência).
- E mais, ao optar pelo Plano Melhor deixa um Pecúlio saldado correspondente aos valores já pagos.






SIM Desejo receber maiores informações sobre o Plano Melhor.

NOME

ENDEREÇO

BAIRRO CIDADE

EST. TEL.: CEP

APÓS PREENCHER, FAVOR REMETER PARA CAPEMI • CAIXA DE PECÚLIOS, PENSÕES E MONTEPIOS - BENEFICENTE. A/C AMAIR.
RUA SÃO CLEMENTE, 38 - 10º ANDAR • BOTAFOGO • RIO DE JANEIRO • RJ • CEP 22260

# No fundo, no fundo, todas as Poupanças são iguais.

Umas se dizem inteligentes,
outras oferecem os melhores serviços
do mundo e outras, ainda, consideram
a poupança uma grande jogada...
Mas na verdade
os benefícios são os mesmos:

- isenção total do IR e do IOF
- seguro de acidentes pessoais grátis
- juros e correção monetária.

O que, porém, difere
a POUPANÇA POUPEX disso tudo
é a estrutura bancária
que está a serviço
de seus poupadores - o atendimento
OURO, do BANCO DO BRASIL,
um banco com 182 anos de existência.




Para bom entendedor, chega de palavras.